

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: UM CAMPO DE NOVAS REFLEXÕES E
SABERES PARA O SERVIÇO SOCIAL**

FLAVIA ZIEM

**Florianópolis
2010/1**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO: UM CAMPO DE NOVAS REFLEXÕES E
SABERES PARA O SERVIÇO SOCIAL**

FLAVIA ZIEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms. Rita de Cássia Gonçalves.

**Florianópolis
2010/1**

FLAVIA ZIEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Ms. Rita de Cássia Gonçalves
Orientadora

Prof. Ms. Valter Martins
1.^a Examinador

Assistente Social Maria Cecília Antônia Godtsfriedt
2.^a Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, por se fazer presente em minha vida.

Aos meus pais, por seu amor incondicional e apoio indispensável.

À assistente social do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI, Maria Cecília Godtsfriedt, por me acolher, por acompanhar e auxiliar o meu processo de aprendizagem da prática profissional.

À professora e orientadora Rita de Cássia Gonçalves, por compartilhar seus conhecimentos e por seu comprometimento e seriedade no decorrer deste processo.

Aos participantes do Curso de Monitores da Ação Gerontológica, pelo carinho e pela oportunidade que me propiciaram.

Aos colegas de curso de Graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, por todos os momentos compartilhados durante nossa formação acadêmica.

Aos amigos e amigas que me acompanharam neste processo, me apoiando nos momentos difíceis e propiciando momentos de descontração.

Muito obrigada!

RESUMO

ZIEM, Flavia. **Envelhecimento e Educação:** Um campo de novas reflexões e saberes para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis: 2010.

Orientadora: Prof.^a MsC. Rita de Cássia Gonçalves.

O presente trabalho tem como objetivo geral tematizar o alargamento da vida tendo como consequência o envelhecimento. Tece a partir desse enfoque, a importância da educação permanente na vida da pessoa idosa. Apresenta como fonte primária para a presente monografia, a inserção da pessoa idosa na vida acadêmica e comunitária, desvelando como ocorre a sua participação e as possibilidades decorrentes dessa experiência. Esboça para tanto, a configuração do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), enquanto espaço acadêmico, bem como insere a ação do profissional de Serviço Social junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica. Analisa a participação e desenvolvimento da pessoa idosa no curso de monitores levando em conta o construto teórico desenvolvido acerca do envelhecimento com os aportes bibliográficos pertinentes. Destaca como elemento conclusivo a possibilidade da participação da pessoa idosa em espaços que propiciem continuidade de assimilação de conhecimentos visando sua educação permanente. Reconhece esse espaço como possibilidade de inserção na discussão, análise e reflexão na construção de estratégias viáveis que dêem conta das demandas do envelhecimento. Evidencia a relevância do profissional de Serviço Social que atua com propositude frente às novas configurações do envelhecimento.

Palavras-chave: Envelhecimento, NETI e Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

ANG – Associação Nacional de Gerontologia

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFMAG – Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica

DPE – Departamento de Pesquisa e Extensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade

ONU – Organização das Nações Unidas

PAI – Programa de Atendimento ao Idoso

PAME - Plano Internacional sobre o Envelhecimento

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PRCE - Pró-Reitora de Cultura e Extensão

PROMOVER – Promoção Mobilização e Valorização

PRPE – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão

RENADI – Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa

SBG - Sociedade Brasileira de Geriatria

SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia

SESC – Serviço Social do Comércio

SIMPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- Estrutura etária relativa por sexo e idade. Brasil, 1940-2050	22
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A VELHICE E AS QUESTÕES DO ENVELHECIMENTO	12
1.1 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E A VELHICE	12
1.2 O ENVELHECIMENTO NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	21
1.3 EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO	27
1.4 AS UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE	33
2. PROPÓSITOS EDUCACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC): ATIVIDADE DE EXTENSÃO PARA A PESSOA IDOSA	36
2.1 OS PRIMEIROS PASSOS DE UM CAMINHO UNIVERSITÁRIO: RESGATE HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE	36
2.1.1 O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica	42
2.2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA MEDIAÇÃO JUNTO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DA AÇÃO GERONTOLÓGICA	49
2.2.1 O ordenamento das atividades desenvolvidas na Disciplina Ação Comunitária do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tematiza o processo de envelhecimento populacional, abordando os indicativos que demonstram o tratamento dado a essa questão. Aborda o processo de envelhecimento tendo em vista a sua relação com a demanda de inserir a pessoa idosa em uma ação, contemplando esse segmento populacional no plano da educação permanente. Apresenta como espaço dessa ação o Núcleo de Estudos da Terceira Idade, que desenvolve um programa com atividades de ensino, pesquisa e extensão, destinadas ao atendimento de pessoas a partir dos 50 anos. A ação programática é norteada por um referencial teórico-filosófico de educação permanente que se alicerça nos quatro pilares do processo educativo, a saber: aprender a conhecer, facilitando o acesso ao conhecimento de modo geral, aprender a fazer, relacionado à prática do conhecimento adquirido anteriormente, aprender a conviver, numa perspectiva de busca pelo reconhecimento do outro, num processo de aprendizado coletivo, e o aprender a ser, baseado numa articulação de todos os pilares que propiciam uma perspectiva holística da pessoa idosa (DELORS, 2000). Cabe ainda destacar que o projeto pedagógico do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), conforme Weffort (1996), estabelece ainda a compreensão na dimensão de que o ser humano enquanto sujeito inacabado, em constante vir a ser, em relação dialógica com o mundo, firmando-se como ser histórico na sociedade.

Portanto, a experiência vivenciada no decorrer do estágio curricular obrigatório desenvolvido no período de março de 2009 a junho de 2010 possibilitou reconhecer a participação da pessoa idosa em espaços que propiciem continuidade de assimilação de conhecimentos visando sua educação permanente. Levando em conta também que a relação com esse processo de aprendizagem possa levar ao reconhecimento de novas possibilidades para o enfrentamento das incertezas e das multiplicidades dos componentes que decorrem do processo de envelhecer.

Dentre estas alternativas de trabalho desenvolvidas pela universidade, visando programas voltados para a educação permanente de adultos, destacamos a oportunidade de participação dos idosos em atividades intelectuais, sociais e físicas.

O presente trabalho apresenta como objetivo geral, discutir acerca do alargamento da vida tendo como consequência o envelhecimento. Tece a partir desse enfoque a importância da educação permanente na vida da pessoa idosa. Apresenta como fonte primária para referência deste estudo, a experiência desenvolvida junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação

Gerontológica (CFMAG), que estabelece como objetivo geral, a possibilidade de integração social e comunitária das pessoas em processo de envelhecimento, possibilitando sua qualificação pela assimilação de novos conhecimentos e pelo desenvolvimento de novas habilidades.

Assim, o presente estudo está organizado em duas seções que visam ordenar sua estrutura. Na seção seguinte a esta introdução, enfocaremos a velhice e as questões do envelhecimento, abordando o processo de envelhecimento no Brasil, bem como as políticas de proteção social à pessoa idosa. Destacamos a educação permanente compreendida no processo do envelhecimento, como possibilidade para a formação de uma consciência crítica nesta etapa da vida. Traçamos elementos que ordenam o surgimento das Universidades Abertas à Terceira Idade e o seu caráter propositivo no sentido de oferecer melhoria na qualidade de vida e conseqüente bem estar ao segmento envelhecido.

Na seção II teceremos considerações acerca dos propósitos educacionais estabelecidos pela UFSC na direção de se constituir como uma atividade de extensão para atendimento da pessoa idosa.

Organizamos também um resgate histórico institucional da criação do NETI. Em seguida abordamos o CFMAG desenvolvido pelo NETI, na perspectiva de redimensionar o significado do envelhecimento tendo como propósito a educação permanente.

Abordamos a ação profissional do Serviço Social como possibilidade de estabelecer mediações junto aos alunos do CFMAG objetivando que os mesmos possam se reorganizar no sentido de reordenar seu processo de construção de autonomia e liberdade, visando decisões mais propositivas de vida, avanço na consciência de cidadania, como também possibilitando a sua inserção e participação em diferentes instâncias da esfera pública.

O trabalho destaca como elemento conclusivo a possibilidade da participação da pessoa idosa em espaços que propiciem continuidade de assimilação de conhecimentos, visando sua educação permanente. A partir das experiências e vivências, reconhece esse espaço como possibilidade de inserção na discussão, análise e reflexão para a construção de estratégias viáveis que dêem conta das demandas contemporâneas do envelhecimento. Evidencia a relevância do profissional de Serviço Social que busca atuar com propositude frente às novas configurações do envelhecimento.

1. A VELHICE E AS QUESTÕES DO ENVELHECIMENTO

1.1 O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E A VELHICE

O desvelamento e a compreensão do processo do envelhecimento se constituem um desafio, visto que, é um fenômeno de caráter mundial, irreversível, que ocorre tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Diante da realidade do envelhecimento populacional, é importante salientar que a população brasileira vem envelhecendo de forma contínua e acentuada desde o início da década de 1960 quando segundo os estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000) a queda da fecundidade começou a modificar a estrutura etária, alterando de forma progressiva a pirâmide populacional. Mas o que é envelhecer? Quais as demandas e necessidades da população que envelhece?

Sustentados por estudos de especialistas do campo do envelhecimento, buscaremos inferir direções e posições acerca dessa nova realidade das populações. Há também necessidade de identificar que entre os aspectos da cronologia construídos socialmente e intencionalmente para dar respostas a realidades distintas, podemos afirmar que não é possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis, bem como empregar uma terminologia globalmente padronizada para o envelhecimento. A Organização das Nações Unidas (ONU) define a velhice numa abordagem cronológica para definir a população idosa, sendo que a idade de 60 anos é sistematicamente empregada em países em desenvolvimento e 65 anos para definir as pessoas que vivem em países desenvolvidos.

O aumento da visibilidade e a conseqüente importância da velhice têm como um dos principais sustentáculos, o surgimento do discurso científico sobre o envelhecimento, com a gerontologia como campo de saber.

A gerontologia ocupa um lugar de destaque entre as várias disciplinas científicas, beneficiando-se e sendo beneficiada pela troca de idéias e dados, num amplo campo de natureza

multi e interdisciplinar, ancorado pela biologia, medicina, ciências sociais e psicologia. Comporta numerosas interfaces com áreas de aplicação e de prestação de serviços, principalmente a geriatria, a fisioterapia, a enfermagem, o serviço social e o direito; permitindo classificá-la como campo multiprofissional. Entretanto, a pluralidade de especialidades da gerontologia não impede a constituição de saberes claramente delimitados, onde cada disciplina e profissão contribuem para definir a última etapa da vida, como categoria de idade com propriedades específicas, que exige tratamentos especializados (CACHIONI; NERI, 2004). O campo da geriatria compreende a prevenção e o manejo das doenças do envelhecimento, comportando uma especialidade em medicina, odontologia, enfermagem e fisioterapia.

No Brasil, a representação da Gerontologia se mostrou inicialmente vinculada à fundação da Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG) em 1961, que alguns anos depois, em 1968 com a inclusão de membros não-médicos, passou a ser designada Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG. A SBGG tem como objetivo principal congregar médicos e outros profissionais de nível superior que se interessem pela Geriatria e Gerontologia, estimulando e apoiando o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento científico na área do envelhecimento. A Associação Nacional de Gerontologia (ANG) também deu sua contribuição na área da gerontologia, sendo que foi fundada no ano de 1985 e apresentando como finalidade a contribuição para o desenvolvimento de uma consciência e de ações gerontológicas, buscando a construção de um envelhecimento com mais garantias e com justiça social.

O envelhecimento, ao tratar dos aspectos da velhice, sempre foi alvo de estudos em áreas diversas do conhecimento.

Beauvoir (1970), em seu tratado sobre a velhice, nos orienta sobre conceitos do envelhecimento. Aponta a autora, como referência mais antiga do ocidente, um texto bastante sombrio, consagrado por Ptah-hotep, filósofo e poeta, escrito há 2500 anos a.C., que a velhice é “a pior desgraça que pode acontecer ao homem”. Em sua reflexão filosófica, Beauvoir orienta que não é fácil delimitar a velhice, ela compreende um fenômeno biológico, acarretado de conseqüências psicológicas e culturais, tendo uma dimensão existencial como todas as situações humanas, que é modificada pela relação do homem no tempo, estabelecendo formas de relacionamento com o mundo e com a sua própria história. Portanto, é constituída de uma relação de interdependência de cada um desses aspectos com atuação sobre o outro de forma a estabelecer uma circularidade.

Aparece como fundamental, trazer o fato de que os seres humanos não vivem em estado natural. A sociedade a que pertencem, lhes impõe um estatuto que é definido culturalmente,

estabelecendo suas ações e representações. A preocupação com o envelhecimento na modernidade focaliza a velhice como estágio de vida, isolando-o do curso da vida como um todo.

Para Sanchez, (apud ROBLED0, 1994, p.37.), “o envelhecimento é um processo inexorável, que, considerando-se os fatores genéticos, ambientais e psicológicos, isto é, as condições a que uma pessoa está exposta, pode ocorrer de variadas formas.”

Os estudos de Minayo e Coimbra (2002), apontam para a compreensão de que o envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas.

Podemos inferir quando nos deparamos com os construtos sobre o envelhecimento, que todos denotam a visão de mundo como também conferem nos seus significados como resultado do momento histórico e cultural no qual são construídos. Como nos assevera Debert, (1988, p.50), “a velhice não é uma categoria natural”, e neste sentido, a autora faz uma distinção entre o fator universal e natural - o ciclo biológico do ser humano: nascer, crescer e morrer – e o fator social e histórico – a variedade formas de viver e de idealizar envelhecimento. Portanto, velhice deve ser analisada não apenas como um fato biológico, mas principalmente como um fato cultural.

Velhice e envelhecimento são dois termos são distintos. Enquanto o envelhecimento é um processo natural, universal, contínuo, irreversível e inerente a todos os seres humanos, iniciando a partir do momento que nascemos; a velhice pode ser considerada como uma fase do processo evolutivo, sendo a última etapa do ciclo de vida e da evolução humana, já que nascer, crescer, desenvolver e morrer, são processos naturais que fazem parte do ser humano.

Para entender o envelhecimento nas suas dimensões conforme estudos de Pimentel (2001) é preciso compreender que este processo é resultante da interação entre fatores biológicos, psicológicos, e sociais, podendo ser distinguindo em três categorias de envelhecimento. A primeira diz respeito ao envelhecimento biológico, que trata dos tecidos que vão perdendo alguma flexibilidade e dos órgãos e sistemas que reduzem a velocidade das suas funções. A segunda se trata do envelhecimento psíquico, que traz a diminuição da memória, e a terceira categoria é a do envelhecimento social, relativo aos papéis sociais apropriados às expectativas da sociedade para este nível etário.

A velhice é uma categoria socialmente construída, mas não devemos pensá-la como universal, já que é uma experiência multifacetada e distinta para os sujeitos (DEBERT, 1988).

Todavia, o envelhecimento também não pode ser considerado como um processo homogêneo, pois cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os fatores a ela relacionados, como saúde, educação e condições econômicas.

O envelhecimento é comum à todos os seres humanos, porém, o processo de envelhecer é marcado por diferentes modos de se vivenciar esta experiência. Alguns envelhecem mais rapidamente do que outros e nem todos vivem esse processo da mesma maneira, já que o envelhecimento está relacionado às condições materiais e simbólicas que identificam socialmente cada indivíduo, tendo em vista sua trajetória de vida, conforme estabelece Peixoto (2004).

De acordo com Brêtas e Oliveira (2000), duas concepções são essenciais ao se buscar delimitar o processo de envelhecimento. Uma delas defende que começamos a envelhecer quando se termina de crescer, por volta dos 22, 25 anos de idade, e a outra salienta que o processo de envelhecimento inicia-se na concepção e termina na morte. As autoras ainda afirmam que o processo de envelhecimento é compreendido como o processo de vida, ou seja, envelhecemos porque vivemos, e muitas vezes não percebemos isso.

Em várias áreas do conhecimento humano, foram feitos esforços no sentido de estabelecer conhecimentos acerca do processo de envelhecimento. Podemos salientar principalmente os estudos antropológicos, sociológicos e psicológicos.

Sustentadas pelas teorias acima referenciadas, desenvolvidas sobre a velhice e as questões que envolvem o envelhecimento, estudos antropológicos sobre esse processo começam a ser sistematizados.

Cabe destacar que segundo Neri (1993), duas teorias sociológicas que tinham seu centro de influência situado nos Estados Unidos, dominam os enfoques no campo da gerontologia social, a saber: a teoria da atividade (Cavan, 1965) e a teoria do desengajamento (CUMMING; HENRY, 1961). Ambas definem a velhice como um momento de perda de papéis sociais e buscam entender como se dá o ajustamento pessoal a essa situação definida como perda, e qual a maneira de medir o grau de conformidade e o nível de atividade dos idosos. Enquanto a teoria da atividade considera mais felizes os idosos que se encontram em atividades compensatórias, permanecendo ativos, a outra teoria, encontra no desengajamento voluntário das atividades, a chave do envelhecimento bem-sucedido. A teoria do desengajamento tenta explicar o processo de envelhecimento baseando-se na idéia de que os idosos que procuraram se manter ativos, sofreram um conflito, pois o desejo de expansão do espaço vital é contraditório com o fim da vida. Esta teoria entende que o idoso desejaria certas formas de isolamento, redução de contatos sociais, sentindo-se assim mais feliz e satisfeito, visto que o idoso, ao se desvincular socialmente, teria um

período de maior liberdade, não tendo de acatar determinadas normas sociais (MARQUES; CARLOS, apud LEHR, 1980).

A teoria da atividade influencia até hoje os movimentos sociais de idosos e orienta projetos na área de lazer e educação não formal. Esses projetos usam como proposta central o pressuposto de que a atividade social leva o idoso a atingir uma melhor qualidade de vida, sendo que, a felicidade e a satisfação na velhice estariam condicionadas à ação e à descoberta de novos papéis. Entretanto, a teoria da atividade determina que a pessoa que envelhece em boas condições, é aquela que permanece ativa (MARQUES; CARLOS, apud PY, 2002). Enfim, é uma teoria que pretende colocar os idosos num ideal de ação e velocidade, motivando o engajamento.

Assim colocadas, essas teorias oferecem explicações no sentido de desvelar a realidade do envelhecimento numa certa posição fragmentária dessa condição, pois parece desconsiderar que o envelhecimento não ocorre de forma homogênea, e que se deve levar em conta que a inserção em função de variáveis como as condições de trabalho, situação sócio-econômica como também os vínculos estabelecidos durante toda a vida.

Para que possamos desvelar as condições do envelhecimento no Brasil, torna-se necessário pensar que todas as mudanças decorrentes do progressivo envelhecimento da população, introduzem desafios e questões de ordem relevante que demandam políticas públicas como também demandas de serviços em diversas áreas. Para usufruir a velhice, é necessário que a população disponha de políticas adequadas, que possam garantir um mínimo de condições de qualidade de vida à população que envelhece.

O aumento das discussões acerca da temática sofre no Brasil considerável crescimento, com significativa influência dos profissionais do Serviço Social do Comércio (SESC), Marcelo Salgado e Zally Pinto Vasconcelos de Queiróz, que após estudos na Universidade René Descartes, de Paris na França, retornam imbuídos com a direção de trabalhar na formação de recursos humanos na área da gerontologia e introduzir os trabalhos na área do envelhecimento na Instituição de origem. Assim, estratégias de ações voltadas ao envelhecimento, passam a ser implantadas em alguns estados brasileiros, como um conjunto localizado de iniciativas (GONÇALVES, 2010).

Dentre os fatores que contribuíram para o reconhecimento social dessa fase da vida, Havaren (1999), considera que o tratamento público através da reforma institucional, legislação sobre a aposentadoria e as medidas de bem estar social, contribuíram para a visibilidade das questões que cercam o processo do envelhecimento. Destaca ainda que o processo de demarcação

das etapas da vida esteve inteiramente ligado à nova configuração das relações entre trabalho e capital, ou seja, o modo capitalista de produção.

Podemos afirmar que o envelhecimento populacional brasileiro vem acarretando importantes repercussões no campo social e econômico, uma vez que, o crescimento de idosos está passando a depender, por mais tempo, da Previdência Social e de serviços públicos de saúde e assistência social. Os benefícios concedidos pelas políticas públicas são concessões ainda de forma precária, situação que impõe um agravamento especialmente para os idosos mais pobres, em virtude de aposentadorias e pensões diminutas, bem como de uma nova configuração das famílias, impedindo muitas vezes o amparo por parte das mesmas, como também de uma restrita possibilidade de permanecerem em atividades laborais.

De acordo com Veras (2003, p.13), “envelhecer sem nenhuma doença crônica constitui-se mais em exceção do que regra. No entanto, sua presença não implica que o idoso não possa gerir sua própria vida e encaminhar o seu dia-a-dia de forma totalmente independente.”

Para que possamos conceber a possibilidade de uma vivência dessa natureza, torna-se necessário entender o que é autonomia. Pereira (2000, p.70), nos afirma que “por autonomia básica entendemos a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões.”

Para traçar essa possibilidade na sociedade brasileira é necessário inferir o que os estudos de Sanchez, (apud BALTES; SILVERBERG, 1995. p.40), traçam a respeito do conceito: “uma incapacidade orgânica não é condição necessária nem suficiente para a dependência. Apesar disso, dentro da dinâmica das interações sociais e da percepção social, a dependência física é freqüentemente interpretada como um sinal de incompetência geral, geradora de dependência generalizada.”

Analisando a mesma questão, Both (2000, p.60), nos afirma que: “as mediações biológicas e sociais podem ser determinantes no processo de autonomia do idoso, mas, à força dos exercícios pessoais e sociais, pode o indivíduo constituir-se em mediador eficiente de seu desenvolvimento pela compreensão de sua presença humana, de suas habilidades intelectuais, afetivas e de seu significado”.

Mesmo reconhecendo que a aproximação da velhice não reduz a faculdade de um indivíduo ao ponto de impedi-lo de continuar ativo e útil ao grupo social a que pertence, conforme afirma Oliveira, (2002), é impossível negar que vivemos numa sociedade onde a tendência é valorizar o que é novo e desprezar o que é velho. Criou-se a mística do envelhecimento, que se transmite para a realidade cotidiana das pessoas que desprezam tudo aquilo que envelhece. Com

isso, os idosos se transformam em um segmento à margem da sociedade e de uma vida que poderia ser repleta de vivências e realizações.

Para melhor compreendermos essa direção, Debert (1988), sustenta que a tendência contemporânea sugere a inversão da representação da velhice como um processo contínuo de perdas para a conquista de novos significados, guiados pela busca do prazer, da satisfação e da realização pessoal. E continua afirmando que transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual, em negligência pessoal, em falta de motivação, em adoção de estilos de vida e formas de consumo inadequadas, é recusar a solidariedade pública entre gerações que é um dos fundamentos dos Estados modernos e de suas políticas. A autora destaca, portanto que os estudos têm apresentado mudanças de enfoque, de uma abordagem que caracteriza a pessoa idosa como uma fonte de miséria para uma perspectiva de fonte de recursos. A tendência da representação da velhice como um processo contínuo de perdas em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo e ausência de papéis, é caracterizada pelo empobrecimento, discriminação, e isolamento que desenvolveu uma série de estereótipos, definidos por condutas que a sociedade adotou. Por outro lado, temos uma segunda tendência, que abarca uma socialização progressiva da questão do envelhecimento, onde a representação da velhice é reconstituída com novos significados como detentor de experiências, de saberes acumulados, de seres ativos capazes de responderem desafios, redefinindo o envelhecimento como período de novas conquistas.

Podemos considerar, portanto, que o envelhecimento assume uma nova condição quando observamos a visibilidade dada pela mídia e pelos produtos de consumo, o que nos indica um duplo movimento da realidade do envelhecimento.

Entretanto, são necessárias muitas reflexões para reformular a maneira de se pensar o processo de envelhecimento na sociedade. Precisamos compreender que a velhice não significa perder a capacidade de ser uma pessoa ativa, inteligente e principalmente, sua capacidade de viver. O envelhecimento deve ser encarado como um processo natural e não como um problema; porém, cabe ressaltar que os rótulos criados para tratar dos anos mais tardios da vida, são um sinal da existência de preconceito. Conforme Arruda (apud NERI; CACHIONI, 1999), a consciência crítica sobre essas questões dos rótulos e preconceitos estabelecidos aos mais velhos, está mudando positivamente, ou seja, ao invés de qualificar a população idosa como uma ameaça, cresce a noção de que os velhos não devem ser considerados como culpados pelo seu estado de saúde, grau de atividade ou de inserção social. À medida que o país se torna mais velho, é

necessário difundir a idéia de que a velhice não é uma doença; assim, novos conceitos devem ser incorporados nessa fase da vida, pensando na velhice como um processo dinâmico.

Expressões como “idoso”, “terceira idade” e “maturidade” vêm sendo utilizados no envelhecimento, para substituir a palavra “velhice”.

Por maturidade, podemos entender como o alcance de certo patamar de desenvolvimento, indicado pela presença de papéis sociais e de comportamentos considerados como apropriados ao adulto mais velho, designando-lhes adjetivos como “experiente”, “prudente”, “paciente”, “tolerante”, “ouvinte”, entre outros. Arruda (apud NERI; FREIRE, 2000). Nessa direção, Arruda (apud COMFORT, 1977), explica a maturidade como uma época, na qual o indivíduo se sente à vontade para realizar planos e desfrutar de prazeres não possíveis anteriormente, em razão da falta de experiência e de conhecimento.

Quanto ao termo “idoso”, este é utilizado quando se pretende categorizar os indivíduos pela duração do seu ciclo vital. A concepção de idosos como categoria social surgiu após a Revolução Industrial, quando se passou a determinar uma idade para que as pessoas parassem de trabalhar, justificada pela diminuição da produtividade.

Com relação à expressão “terceira idade”, que surge na França na década de 1960, podemos dizer que surgiu para trazer um significado mais positivo à velhice. Sendo assim, a expressão “terceira idade” veio para redefinir o envelhecimento, ressaltando-o como uma fase positiva da vida, um período privilegiado para realizações pessoais, na qual o indivíduo não é um fardo a ser sustentado pela família ou pelo Estado, mas sim independente e autônomo. Vale destacar que devido ao envelhecimento da própria população idosa, surge um novo termo chamado de “quarta idade”, que é constituído por idosos com mais de 80 anos.

Cabe destacar, que muitos outros termos são utilizados atualmente, como por exemplo, o termo “melhor idade”, na tentativa de amenizar a negatividade que está ligada a essa questão. (LOBATO, 2005). A expressão “maior idade”, também vem sendo usadas com frequência para definir o segmento dos mais velhos. No entanto, alguns autores argumentam sobre o uso desses termos.

Arruda, (2007) relata que a expressão “melhor idade” transforma-se numa identidade coletiva na medida em que homens e mulheres passam a ser reconhecidos sob tal designação valorizada pela re-significação do sentido de ser velho.

O papel social dos idosos é um fator importante no significado do envelhecimento, pois o mesmo depende da forma de vida que as pessoas tenham levado, como das condições atuais que se encontram.

Neste aspecto destacamos a aposentadoria, momento em que o indivíduo se distancia da vida produtiva. Na vida do homem, a aposentadoria muitas vezes acontece como uma descontinuidade. Há uma ruptura com o passado, o homem deve ajustar-se a uma nova condição que lhe traz certas vantagens, como o descanso, lazer, mas também graves desvantagens como desvalorização e desqualificação.

Em nossa sociedade, há uma valorização do mercado, sendo que os idosos, não participantes do processo produtivo, sofrem com a perda de status social que exclui sua participação na sociedade; surgindo então, um cenário de crise existencial da pessoa idosa.

A exclusão da vida produtiva impede os idosos de encontrar novos espaços de realização pessoal, haja vista que é o trabalho que permite o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se traçar redes de relações que servem de referência, determinando, portanto, o lugar social e familiar.

Contribuindo para esta reflexão, Bruns (2002), nos afirma que vivemos em um sistema de regras, normas e leis criadas e reproduzidas ideologicamente ao longo da história de nossa sociedade, cujo estigma de descartável materializa-se num corpo que, segundo essa visão, não atende mais às exigências produtivas de uma sociedade de consumo que só reconhece o indivíduo na medida em que ele produz.

Entretanto, as pessoas idosas desejam e podem permanecer ativas e independentes por tanto tempo quanto for possível, se o apoio adequado lhes for proporcionado (OLIVEIRA, apud VERAS, 1995).

Envelhecer enquanto etapa da vida do ser humano impõe condições apropriadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho. Essas condições influenciam a longevidade, a saúde, a capacidade de manter uma rede de relações afetivas e sociais, bem como o nível de satisfação com várias situações e eventos de vida.

Viver a velhice depende também da história de vida de cada pessoa, de sua capacidade de lidar com perda, da possibilidade e da qualidade de interação com a sociedade.

Na velhice é, portanto necessário que a reflexão sobre o vivido, dando possibilidade de assumir novas posturas, como o resgate de valores e modos de viver ainda não assumidos; o rompimento de rotinas; a retomada de planos de vida incompletos; o resgate de desejos pessoais; e a reconstrução da identidade pessoal e social com base em novos interesses e motivações. Sendo assim, envelhecer não é seguir um caminho já traçado, mas, pelo contrário, construí-lo permanentemente.

O envelhecimento pode ser entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares, resultantes da trajetória de vida, na qual umas têm maior dimensão e complexidade que outras, integrando assim a formação do indivíduo idoso.

Abordar o envelhecimento como uma experiência contemporânea impõe descrever um conjunto de contextos, espaços e imagens que nos indicam uma série de rupturas, sem ordem pré-determinada onde a atividade laboral cessa, a saúde se altera em alguns aspectos e o isolamento pode ocorrer como uma nova realidade. Mas podemos afirmar também que o envelhecimento leva aos homens e mulheres que atingem essa condição, a possibilidade de assumirem a guarda de uma memória coletiva, que podem ser guias intérpretes privilegiada de um conjunto de idéias, de acontecimentos, de valores humanos, que mantêm e que podem dar uma orientação a uma convivência social (GONÇALVES, 2010).

Portanto é com a possibilidade de apontar as condições do envelhecer da população brasileira, que discorreremos a seguir acerca do processo das referentes políticas de proteção social.

1.2 O ENVELHECIMENTO NO BRASIL E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O Brasil apresentou entre as décadas de 1940 e 1960 uma população predominantemente jovem, tendo suas políticas públicas e sociais direcionadas aos segmentos da criança e do adolescente. Entretanto, devido à transição demográfica que alterou o perfil da população brasileira, observou-se o surgimento de discussões que passaram a tratar com maior atenção as questões referentes à velhice e o envelhecimento.

A partir da década de 1960, observou-se no país uma queda da taxa de fecundidade, que aliada ao aumento da expectativa de vida da população, refletiu-se na evolução da composição etária da população do país que segue em processo de envelhecimento. As projeções da população brasileira mostram que entre 2000 e 2050 a participação da população jovem continuará diminuindo, passando de 28,6% para 17,2%, sendo que a participação da população adulta também terá uma diminuição, passando de 66,0% para 64,4%, enquanto ocorre uma concentração na população idosa, intensificando o envelhecimento demográfico, sendo que as projeções apontam para o ano de 2050, uma população idosa que deverá ultrapassar a população menor de 14 anos (BERZINS, 2003).

O aumento da expectativa de vida dessa população se deve tanto ao avanço das pesquisas realizadas no campo da química e da biologia, aplicadas à medicina, como ao aparecimento de novas drogas, melhores condições sanitárias e planejamento familiar. O processo de envelhecimento da população leva a uma mudança nos padrões de morbidade e mortalidade, visto que um número maior de episódios de doenças crônicas ocorre mais frequentemente na população idosa. Desta forma, as principais causas de mortalidade no Brasil passam de doenças infecto contagiosas e parasitárias, para doenças crônico-degenerativas, ocasionando maiores gastos com a saúde. A passagem de uma situação de alta fecundidade e alta mortalidade para uma de baixa fecundidade e progressiva baixa da mortalidade tem propiciado mudanças significativas na sua pirâmide populacional, caracterizada por um aumento progressivo e acentuado da população adulta e idosa.

De acordo com Minayo e Coimbra (2002), o Brasil dobrou o nível de esperança de vida ao nascer em relativamente poucas décadas, numa velocidade maior que os países europeus, que levaram cerca de 140 anos para envelhecer. A expectativa de vida dos brasileiros em 1900 era de 33,7 anos, em 1950, era de 43 anos e em 1990 chegou à quase 70 anos, o que nos mostra um aumento da expectativa de vida da população brasileira, como podemos acompanhar no gráfico a seguir:

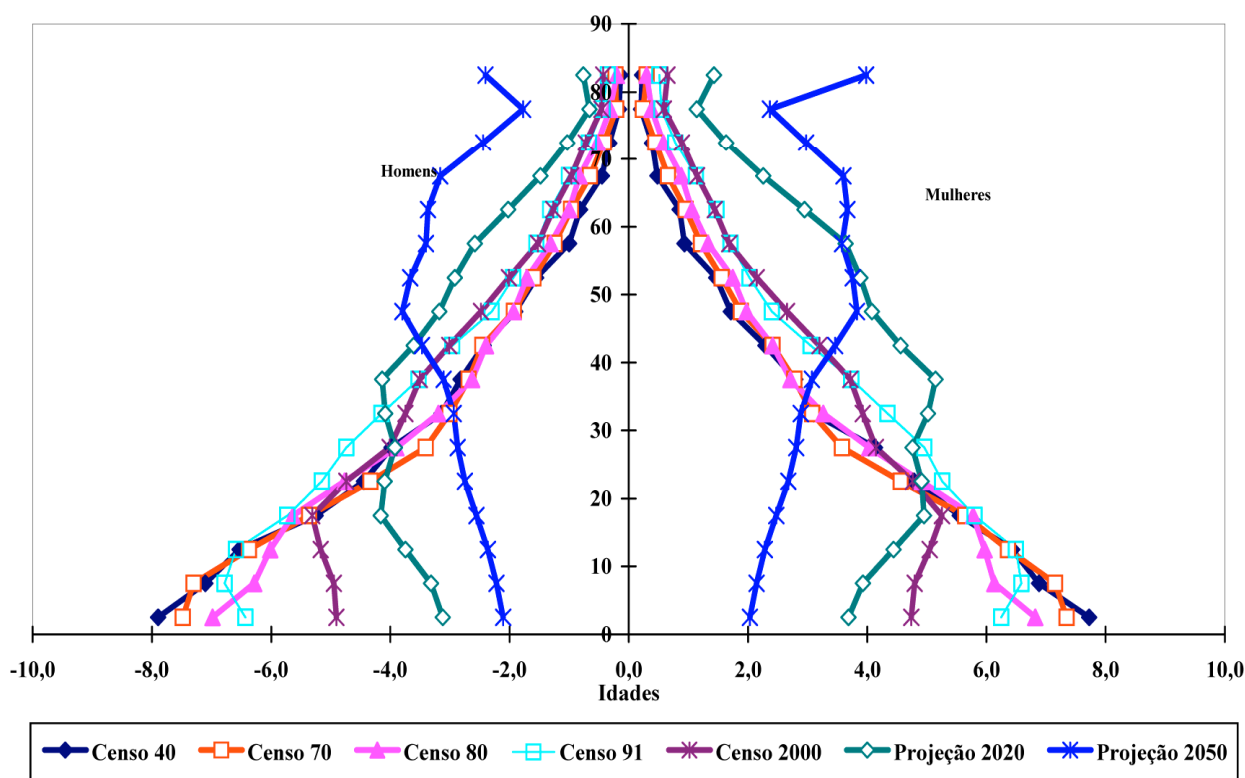


GRÁFICO 1 – Estrutura etária relativa por sexo e idade. Brasil, 1940-2050

Fonte: Plano Nacional de Saúde/PNS 2008/2009-2011

O Brasil atravessa os chamados processos de transição demográfica, epidemiológica e social. Essas transformações colocam para as políticas públicas, grandes desafios, como, por exemplo, estabelecer medidas que atendam efetivamente os idosos brasileiros.

Com relação à transição social, identificamos que no Brasil, ocorreram mudanças socioculturais como o aumento do divórcio, inserção da mulher no mercado de trabalho, a opção de casamento sem filhos, filhos sem casamento, o controle da natalidade, a redução dos componentes da família, o uso da pílula, a emancipação feminina, o aumento do individualismo. O processo de industrialização e de urbanização da sociedade consolidou essas alterações, afetando a família na sua organização e nas suas funções, modificando os papéis sociais que a sociedade havia atribuído à família. Com o aumento da longevidade da população, há, por parte da sociedade, pressão para que essa instituição recupere sua função de protetora de seus membros, bem como de seus idosos. Entretanto, estas novas configurações, novos arranjos familiares e novas relações sociais, atingem os idosos, pois a falta de companhia para os mesmos, nos dias atuais, está diretamente ligada às transformações que se operam no interior das famílias. O processo de cuidar da pessoa idosa depende da integração das relações familiares, da disponibilidade de tempo e de recursos. No entanto, a família moderna está cada vez mais restrita ao grupo conjugal e aos filhos, sendo que essa configuração familiar atual tem impacto no cuidado das pessoas idosas.

Podemos identificar no cenário mundial um importante marco na discussão do envelhecimento que teve repercussões nos estudos e na adoção de políticas públicas voltadas ao envelhecimento. Gonçalves (2010) aborda o marco legal assinalado pela convocação da Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada pelas Nações Unidas (ONU) datada do ano 1982, na cidade de Viena na Áustria. Neste evento, foi concebido e aprovado o Plano Internacional sobre o Envelhecimento (PAME) resultado do trabalho desenvolvido pelos 120 países participantes, para ser norteador das nações que, a partir desta, passaram a intensificar seus estudos sobre as questões do envelhecimento populacional. Também nesse evento, ficou convenicionado de que a pessoa idosa, para os países desenvolvidos, seriam aquelas com 65 anos ou mais. Nos países em desenvolvimento, considera-se como pessoa idosa, aquela com 60 anos ou mais, lembrando que a importância de se delimitar a idade deve-se ao fato de que as políticas públicas são dirigidas a grupos etários.

Gonçalves (2010), ainda identifica que o referido Plano, composto por orientações norteadoras para as áreas de Saúde e Nutrição, com várias recomendações quanto à

hospitalização, alimentação, bem como possibilidades de prevenir ou retardar conseqüências funcionais negativas, configurando-se em ações que buscam esforços no sentido de que a pessoa idosa leve uma vida independente, no seio da família e da comunidade. Outra recomendação tem como objetivo a habitação e o ambiente das condições de moradia, enfatizando que seja assegurada no quadro da comunidade uma gama de cuidados preventivos e terapêuticos de atividades para os idosos. A proteção social, segurança dos rendimentos (previdência social) para o segmento envelhecimento também são objeto de atenção, na direção do estímulo a formação de grupos e movimentos desse segmento envelhecido.

A autora também destaca que o Plano trata das relações da pessoa idosa e a família, com a seguinte recomendação: “independente de sua forma e de sua organização, é reconhecida como a célula fundamental da sociedade”.

Merece destaque para nossa análise, a última parte do Plano, onde Gonçalves (2010) assinala que consiste em tratativas para a educação da pessoa idosa, com a afirmação de que a “educação é direito fundamental, que deve ser oferecido a todas as pessoas independente da idade”. Continua argumentando também que é necessário educar as populações sobre o processo de envelhecimento, e que essa temática deveria ser introduzida em todas as áreas do conhecimento humano, possibilitando que a coletividade encare como um processo normal o envelhecimento.

Conforme, Gonçalves (apud CAVALCANTI; SAAD 1990), há indicações definidoras do PAME, de que três forças devem sustentar a proteção social do idoso: o Estado, a sociedade e a família. Ao Estado é recomendado atuar como um mecanismo regulador e planejador, e como uma ação de redistribuir incentivos e subsídios para que outras instâncias cumpram o seu papel.

As recomendações enunciadas no Plano citado colocaram o tema do envelhecimento, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Situando o estado de Santa Catarina no contexto do envelhecimento da população brasileira, assinalamos a ação política estatal de estabelecer o Seminário Nacional intitulado “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil”, sendo que os representantes do estado de Santa Catarina, coordenados pelos Técnicos do Instituto Nacional de Previdência Social, retornaram do encontro nacional conscientes de uma grande tarefa, como organizar um grupo de estudos e pesquisas para desenvolver projetos visando o atendimento da pessoa idosa no estado. Em 1986, instituições como Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC), Serviço Social do Comércio (SESC), Secretaria da Saúde estadual, representação da Igreja Católica pelo Arcebispado Metropolitano,

representação da Igreja Evangélica Metodista de Florianópolis e da participação da Federação Espírita Catarinense, foram convidadas pelo governo do estado, para participar do I Seminário de Política Social do Idoso em Santa Catarina. Podemos afirmar que uma política voltada ao atendimento da população idosa em Santa Catarina foi institucionalizada a partir de 1986, com o objetivo central de uma ação governamental assegurando a todos sem qualquer discriminação, o direito de viver de forma digna e participativa ao longo de sua existência. Nesse momento foram tomadas para revisão as metas para uma “ação social” definidas no plano de governo e constituída uma comissão coordenada pelo Promoção, Mobilização e Valorização (PROMOVER), composta por representantes da Secretaria das Relações do trabalho e Desenvolvimento Comunitário, Secretaria da Saúde e Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. O trabalho desenvolvido pela referida comissão trabalhou a difusão de distintos aspectos do envelhecimento. Dando continuidade aos trabalhos voltados à atenção da população idosa no estado, cabe citar que em março de 1988, foi implantada a Comissão Estadual do Idoso tendo por objetivos básicos a formulação e acompanhamento de uma política catarinense de promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa e o desencadeamento de processo para instituição do Conselho Estadual. A Comissão realizou, ao curso do mês de julho desse mesmo ano, encontros regionais nos municípios pólo das microrregiões administrativas do estado, perfazendo o número de 14 encontros e congregando 1081 lideranças institucionais e comunitárias. Três momentos caracterizaram a dinâmica dos encontros: visão de realidade (situação do Idoso), linhas dos trabalhos em desenvolvimento e perspectiva de ação. Cabe destacar que em setembro de 1990, é criado pelo governo do estado de Santa Catarina o Conselho Estadual do Idoso instituído pela Lei nº 8072 (GONÇALVES, 2010).

A nível nacional, vale ressaltar que em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que firma um marco importante na trajetória da política de atenção e proteção à pessoa idosa; fazendo com que a rede de proteção social à pessoa idosa deixasse de ser estritamente assistencialista, ampliando seu sentido de cidadania. Entre tantos avanços da garantia dos direitos adquiridos com a Constituição de 1988, está a pessoa idosa, que passa a ser amparada pelo artigo 230 ao considerar que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Impulsionada pela necessidade de especificar e garantir de forma mais pontual os direitos assinalados em nossa Constituição, aprova-se em 04 de julho de 1994, a Lei 8.842 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, caracterizando-se em um instrumento de cidadania, criando

normas para o atendimento dos direitos sociais da pessoa idosa, no sentido de buscar e garantir autonomia, integração e participação efetiva da pessoa idosa na sociedade, regendo-se a partir dos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.

Situando nosso município nesse contexto, temos a Política Municipal da Pessoa Idosa (Lei N° 5.371/98) e a Política Estadual da Pessoa Idosa (Lei N° 11.436/2000), que atendem os preceitos da Política Nacional do Idoso e foram criadas com o objetivo de assegurar a cidadania da pessoa idosa, criando condições para a garantia de seus direitos, de sua autonomia, integração, participação na família e na sociedade, no Município de Florianópolis e no Estado de Santa Catarina.

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos a nível nacional para atender o segmento idoso, cabe destacar o Estatuto do Idoso, sob a Lei Federal N° 10.741, que foi sancionado em 2003, entrando em vigor no dia 1° de janeiro de 2004. Esta legislação foi criada com o objetivo de regular os direitos especiais dos idosos, transformando-se em um instrumento de cidadania mais abrangente que a Política Nacional do Idoso (GONÇALVES, 2010).

Apesar de o Brasil ter avançado significativamente no que se refere às políticas de atendimento à pessoa idosa, ainda são muitos os desafios para que essas políticas sejam implementadas. Em meio a este contexto de desafios, vale ressaltar que em abril de 2006 foi realizada, em Florianópolis, a 1ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, sendo que em maio do mesmo ano, aconteceu em Brasília a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com objetivo geral de orientar a construção da Rede Nacional de

Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI). Nesta Conferencia foram discutidos temas como a violência contra a pessoa idosa, a saúde, a previdência social, bem como a educação, cultura e o lazer. Todo esse movimento de atenção ao segmento idoso, tanto em nosso município, como no estado catarinense e no Brasil, ocorre diante do fato de o processo de envelhecimento se constituir num processo progressivo e irreversível como podemos observar pelos estudos desenvolvidos pelos autores a seguir.

Conforme Moreira (2000), por envelhecimento populacional entende-se o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população.

Uma das características mais marcantes do envelhecimento populacional do Brasil, não é apenas a da dimensão dos humanos envolvidos, nem a intensidade do processo, mas também o contexto no qual os níveis de pobreza são relativamente elevados (MOREIRA, 2000).

Silva (2005), alerta de que o processo de envelhecimento no Brasil vem ocorrendo em um contexto marcado por uma alta incidência de pobreza, desigualdade social e um desenvolvimento institucional, caracterizado pela falta de sintonia com o contingente da população idosa.

Em decorrência das condições de vida de homens e mulheres envelhecidos, a problemática reconhecida para esse segmento populacional é a solidão, abandono, rejeição, marginalização pelo estereótipo de inutilidade, angustia existencial, medo, o conflito de gerações e ainda, o empobrecimento gradativo (SILVA, 2002).

No quadro do imaginário social uma dimensão reconhecida é que a velhice apresenta uma carga econômica, seja para família, seja para a sociedade.

Como podemos observar, o envelhecimento populacional é um fenômeno extremamente complexo, causado por diversos fatores, que produzem conseqüências das mais diversas. Por isso, esse fenômeno está exigindo, cada vez mais, estudos multidisciplinares para o seu melhor desvelamento, bem como a atenção da sociedade para visualizar esta significativa parcela da população.

1.3 EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

A educação é o ato ou efeito de educar, é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social. (FERREIRA, 1999).

A educação é garantida a todas as pessoas, conforme nos preza a Constituição brasileira, em seu capítulo III, seção I, artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Falando em educação como uma prática permanente, Silva (2002) nos afirma que é importante a prática da educação permanente para a garantia de uma velhice bem vivida, ou seja, para a formação de uma mente crítica apta a perceber as mudanças sociais e adaptar-se a elas.

De acordo com Cachioni (apud PETERSON 1990, p.8), “um dos objetivos da educação é propiciar aos adultos maduros e idosos, oportunidade de crescimento pessoal, através do aprendizado de novos conhecimentos e ocupação do tempo livre, trazendo benefícios para o seu bem-estar físico e emocional, sua qualidade de vida e oferecendo oportunidades de contatos sociais.

O acesso à educação é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável. Vale lembrar que a educação ou o aprender para o idoso tem outro sentido e objetivo. Procura-se a escola não mais para obtenção de diploma e sim para estabelecer canais de comunicação com a sociedade. A educação é um caminho de reintegração social, considerando que a perda de funções na sociedade reduz as alternativas de atuação social para a pessoa idosa (PONTAROLO E OLIVEIRA, 2007).

A educação na velhice é concebida como oportunidade de atualização, aquisição de conhecimentos e participação em atividades culturais, sociais, políticas e de lazer. O idoso deve participar ativamente na sociedade em que está inserido, contribuindo com seus conhecimentos acumulados ao longo da vida. Neste sentido, a educação é dirigida à tentativa de desenvolver novos papéis para o idoso, preservando sua dignidade. Os programas educacionais incentivam e preparam o indivíduo para a participação de atividades sociais, propiciando melhor qualidade de vida para si mesmo e seus companheiros. (CACHIONI, 1998).

Conforme Cachioni (apud BROWNING, 1995, p.9), “os programas educacionais direcionados aos idosos propiciam benefícios em sua vida diária, promovem o bem-estar,

reavivam fatores motivadores para a aprendizagem, que estavam escondidos desde a juventude, e contribuem para a aquisição de novas habilidades cognitivas em atividades práticas.”

A educação pode ajudar a pessoa idosa a ter mais autoconfiança e independência, ela é primordial na capacitação dos mais velhos, ao lidar com os diversos problemas da sociedade, além de possibilitar o autoconhecimento, a compreensão de si mesmo e a comunicação das próprias experiências às outras gerações. Contudo, a educação é uma forma de resgatar a cidadania da pessoa idosa, e com relação a esta questão, Bruno (2003), nos apresenta que:

Como a cidadania é exercício, é movimento, educar para a cidadania é estabelecer o desenvolvimento de um processo de aprendizado social na construção de novas formas de relação, contribuindo para a formação e a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos (BRUNO, 2003, p.75).

Ainda de acordo com a autora, o desafio se torna interessante quando é enfrentado junto ao segmento idoso, onde é comum encontrar pessoas que passaram a vida sem a possibilidade de fazer a reflexão sobre o significado da sua condição de cidadão (BRUNO, 2003).

É possível começar a exercer a cidadania em qualquer etapa da vida e espaços que possibilitam a educação para a cidadania, como as Universidades Abertas à Terceira Idade, que abordaremos a seguir, têm levado os idosos a se perceberem e serem fortalecidos na sua condição de cidadãos, sujeito de direitos.

Nesse sentido, a educação para idosos vem identificando e explorando possibilidades para mudanças e criando condições para que os mesmos possam continuar a desenvolver durante esta fase da vida.

Na educação para idosos, a gerontologia vem exercendo um papel importante, sendo que vem intensificando seu trabalho para buscar responder as demandas dos mesmos. A gerontologia é um campo interdisciplinar que se interessa pelo estudo do envelhecimento. Seus interesses abrangem a descrição e a explicação das mudanças que ocorrem no processo do envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e sócio-culturais (NERI, 2006).

Ao envelhecer, as pessoas encontram novos desafios. A sociedade impõe preconceitos e estereótipos e assim, torna-se necessário enfrentar este desafio de continuar construindo o próprio caminho. Entretanto, a educação continuada aparece como uma forma que possibilita a superação de muitos desafios colocados aos idosos. Isso porque, a educação desempenha um papel importante no desenvolvimento humano, oportunizando o crescimento contínuo dos sujeitos.

Freire (1983) nos aponta que para a transformação de uma realidade onde a velhice é sinônimo de perdas, de desperdício, de incapacidade e dependência, é preciso que os homens, por

meio de sua consciência crítica, desafiem o mundo e, com isso, construam sua história, não se adaptando a essa realidade desumanizante. Nessa perspectiva, o autor afirma que o homem deve criar e transformar o mundo, sendo sujeito de sua ação.

Entretanto, Barroso (1999), complementa que a educação, por suas inúmeras formas de atuação, tem possibilidades ímpares para informar, criar, incentivar, introduzir novos conceitos e estimular valores morais como um suporte, uma janela viabilizadora de novas condições para uma vida com mais prazer.

Sendo assim, a educação tem sido uma forte ferramenta para o segmento idoso. Ela tem se configurado como uma forma que permite valorizar a participação daqueles que alcançam a longevidade. Ela não é privilégio apenas das gerações mais jovens, ao contrário, é um direito de todos e um instrumento no combate às barreiras sociais e na promoção da cidadania. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de lutas permanentes, travadas quase sempre a partir de baixo (IAMAMOTO, 2009).

Entretanto, cabe destacar que a educação vem favorecendo uma integração e participação dos idosos na vida social, propiciando desta forma, novas aprendizagens e relações, ampliando as possibilidades na manutenção da funcionalidade, da flexibilidade e adaptação dos idosos.

A aprendizagem se realiza continuamente em todas as situações que se apresenta ao ser humano e em todas as etapas da vida, inclusive na velhice.

Sendo assim, o idoso deve seguir explorando suas potencialidades, vislumbrando novos projetos de vida, acreditando na possibilidade de ser um aprendiz, tendo em vista a importância da educação para mudar o paradigma de velhice.

O idoso é capaz de aprender e de se adaptar às novas condições e exigências da vida. Apenas deve ser respeitado seu ritmo que, pode tornar-se mais lento do que na juventude (OLIVEIRA, 2002).

Refletindo sobre a aprendizagem e educação, Oliveira (2002), nos traz que:

A educação constitui um processo em que cada ser humano aprende a se formar, a se informar a fim de transformar-se e transformar o mundo. O homem é um ser inacabado que tende à perfeição; em consequência a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte (OLIVEIRA apud PAIVA, 1985, p.46).

As oportunidades de inclusão nesta etapa da vida são essenciais já que alguns fatores como a perda de cônjuge, a perda de parentes, de amigos, do ambiente de trabalho, acarreta na perda do status, perda de poder, de identidade social. Todas essas perdas podem levar a pessoa

idosa a um processo de marginalização, a um sentimento de menos-valia, de desvalorização. Sendo assim, é neste momento que entra a educação, que possibilita a conquista de novos espaços sociais e novas relações sociais (RODRIGUES, 1993).

Assim, percebemos que a educação para idosos possibilita melhorar a qualidade de vida dos mesmos, pois cria oportunidades de elaborar novos projetos de vida, novos sonhos e desejos, que muitas vezes já estavam perdidos.

Para Caldas (2006), quando a sociedade oferece oportunidade para o engajamento, e os indivíduos mantêm a capacidade de se adequarem ao desempenho de papéis sociais, o envelhecimento social pode não ocorrer. Entretanto, podemos ver a educação como uma oportunidade que a sociedade coloca para os idosos; prorrogando, ou até mesmo, evitando, o envelhecimento social que ocorre quando existe um desengajamento do indivíduo, que deixa de interagir socialmente.

A promoção de uma melhor qualidade de vida por meio da educação permanente para a pessoa idosa favorece o seu desenvolvimento e suas adaptações sociais. Assim, os programas educacionais para idosos funcionam como instrumento para prolongar o processo de socialização. (CACHIONI, 1998).

Com relação à qualidade de vida, Caldas (2006), traz que esta pode ser definida pela percepção do indivíduo sobre sua posição na vida no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Ao entrar na aposentadoria, a pessoa idosa dispõe de mais tempo para seus compromissos pessoais. Este tempo livre, para que não seja visto como um fator negativo, de isolamento e sofrimento, pode ser utilizado como um espaço de realização de novas atividades.

De acordo com o entendimento de Salgado (2007), a educação deve ser um processo contínuo preparando os indivíduos para todas as etapas do ciclo de vida, ou seja, gerando novas atitudes e pensamentos adequados ao enfrentamento de todas as situações no decorrer da existência humana. No tempo do envelhecimento o processo educativo além de preparar para o entendimento da modernidade dando instrumentos para adaptação do indivíduo ao meio social, deve atuar também num sentido inverso das etapas anteriores do ciclo de vida, ou seja, conduzindo para a compreensão e aceitação das perdas, bem como reduzindo as marcas das experiências negativas que tanto dificultam o melhor aproveitamento do momento atual.

Na educação, a interdisciplinaridade aparece como um princípio de reorganização das estruturas pedagógicas, exigindo que ocorra interação entre as disciplinas, no que tange à comunicação das idéias, tendo como objetivo a unidade do saber. A interdisciplinaridade deve ser

a base da educação permanente, fundamento ideal da educação dirigida aos idosos. Esta deve considerá-los como donos de uma história pessoal e de uma bagagem de conhecimentos constituída ao longo da vida. A nenhum sujeito da educação se aplica tão bem quanto aos idosos a noção de que o ser humano é agente do seu próprio crescimento e da transformação da realidade (CACHIONI, 2002).

Ainda seguindo o entendimento da autora, numa concepção de educação como construção pessoal e social, e como processo de comunicação, os envolvidos intercambiam significados acerca daquilo que os preocupa e o fazem conjuntamente, não em torno de objetivos previamente formulados, mas em torno dos problemas que desejam resolver, das necessidades que esperam atender, ou das expectativas e motivações que pretendem satisfazer, sendo o idoso um agente do seu próprio desenvolvimento.

Sendo assim, a pessoa idosa pode ou não aceitar o papel que lhe é imposto pela sociedade e pela cultura. Pode adaptar-se, curvando-se ao que lhe foi designado, ou lutar por um novo significado de seu papel na sociedade, através da educação.

Entretanto, conhecer as características próprias dos idosos ajuda a melhorar as relações interpessoais, possibilita a compreensão de suas atitudes, permite explorar melhor seu potencial, favorece a integração e o crescimento. A educação voltada ao público idoso possibilita um diálogo em que todos se colocam como sujeitos do processo, passíveis de ensinar e de aprender; e daí surge a valorização da pessoa idosa, que é fator essencial para o estabelecimento de ações mais críticas, reflexivas e participativas.

A educação permanente busca ajudar os idosos na construção da sua velhice, inserido os mesmos na família, na sociedade, e ainda eliminando estigmas que os aprisionam. Por meio da educação permanente, os idosos têm chance de mudar o rumo de sua vida, redimensioná-la e redirecionar suas ações para ter liberdade de escolhas, emergir com novos pensamentos e novas maneiras de ser e estar no mundo.

No entanto, quando falamos em educação voltada aos idosos, práticas voltadas para a construção da cidadania, eliminação de estigmas e possibilidade de inserção social, surge o Serviço Social, que por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento (PEREIRA, 2005).

Na área da educação os assistentes sociais atuam em espaços educativos destinados aos idosos, como as Universidades para a Terceira Idade, as escolas para idosos, os grupos de convivência, as entidades de cultura e lazer, as associações de moradores de bairros e das

comunidades, as associações de aposentados e pensionistas, para compartilhar das equipes interprofissionais de experiências de educação social e política, que envolvam e preparem os idosos para o exercício pleno da cidadania enquanto sujeitos. Entretanto, a educação para a cidadania amplia a ação do Serviço Social em programas dirigidos aos idosos, sendo que esta ação se fundamenta no compromisso com a cidadania dos idosos.

Concluindo, os programas educacionais para pessoas idosas, contribuem para o crescimento pessoal, proporcionam oportunidades de trabalhos na comunidade, favorecem o desenvolvimento da criatividade e da produtividade, criam espaços de socialização e aquisição de novos conhecimentos, e podem contribuir com novas concepções e atitudes favoráveis em relação à velhice.

1.4 AS UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE

As Universidades para Terceira Idade desempenham um importante papel no sentido de oportunizar aos idosos um novo significado social. É através das universidades abertas que a pessoa idosa conquista novos espaços de convívio e relacionamento, entra em contato com seus pares, compreendendo o seu processo de envelhecimento, desenvolvendo novas potencialidades, assimilando e entendendo seus limites como parte do processo que se encontra, transformando-se num agente de sua própria transformação social e colocando-se como protagonista de sua história.

A Universidade Aberta a Terceira Idade, surgiu na França, em Toulouse no ano de 1973. Nessa época, esse programa era destinado a atividades culturais e sociabilidade, com o objetivo de ocupar o tempo livre e favorecer relações sociais. Não havia preocupação com educação permanente, educação sanitária e assistência jurídica. Entretanto, esta Universidade foi a base para o surgimento de um programa de cunho mais educativo e social que se espalharia, posteriormente, por todo o mundo, configurando-se sem Universidades Abertas à Terceira Idade (MESQUITA, 2006).

Cabe destacar que as Universidades da Terceira Idade aparecem como possibilidade de educação para os países da América Latina na década de 1980. A primeira experiência teve origem no Uruguai e após o sucesso do Programa, este estendeu - se por outras regiões do Uruguai, além de atingir países da América do Sul, como Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil (MAFIOLETE, 2008).

No Brasil, é somente na década de 1980 que as instituições universitárias passaram a dar mais atenção às questões do processo de envelhecimento. Sendo que nesta década, mais precisamente no ano de 1982, surge o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina, o primeiro programa de atendimento a pessoa idosa inserido como um projeto de extensão dentro de uma universidade.

Encontramos a partir da década de 1990 a multiplicação dos programas voltados para idosos em universidades brasileiras. Estes programas têm propósitos comuns, como o de rever os estereótipos e preconceitos com relação à velhice, promover a auto-estima e o resgate da cidadania, incentivar a autonomia, a independência, a auto-expressão e a reinserção social em busca de uma velhice bem-sucedida (VERAS; CALDAS, apud PALMA, 2000).

Uma característica a destacar é que a universidade é tradicionalmente um espaço dos jovens, onde são gerados novos conhecimentos, um lugar de novidade e juventude. Ampliam-se os espaços e oportunidades com as Universidades da Terceira Idade que se estruturam com o objetivo geral de contribuir para a elevação dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas, utilizando as possibilidades existentes nas universidades (VERAS; CALDAS, 2004).

Conforme Ordonez e Cachioni (apud LIRA, 2000, p.77), “a necessidade de aprendizagem de um tema específico que deixe os idosos atualizados com os temas contemporâneos, permitindo que enfrentem os desafios propostos pela sociedade atual, é um dos motivos que levam diversos idosos às chamadas “Universidades da Terceira Idade ou Universidades Abertas à Terceira Idade”.

Estes espaços podem suscitar através do conhecimento, oportunidades de acesso a um perfil mais desejado pelas pessoas quando envelhecem. Estimulam um novo sentido para a vida, torna-se interlocutora nos exercícios sociais, considerando alternativas para efetivação de hábitos sociais que visem à conquista de uma identidade (BOTH, 2000).

As Universidades da Terceira Idade têm se constituído, entre outras iniciativas, numa alternativa de oferecer melhoria na qualidade de vida e bem-estar aos que envelhecem. Além de aprendizagens referentes a conhecimentos de ordem biopsicossocial e espiritual no processo de envelhecimento, reconstróem a concepção da velhice, fortalecem as relações sociais e familiares e contribuem para a manutenção da funcionalidade e autonomia da pessoa idosa, elevando sua auto-estima e resgatando-lhe a participação social de forma consciente e crítica, condições essas associadas ao conceito de velhice bem-sucedida (ORDONEZ; CACHIONI, apud LACERDA, 2004).

Conforme Peixoto (2004), é impossível estudar o processo de envelhecimento sem analisar as novas formas de sociabilidade que estabelece uma ligação entre as interações sociais cotidianas e as relações sociais efêmeras. Essas interações podem ser práticas exercidas nas praças, praias, ou podem ser mediadas por organismos públicos ou privados como clubes e Universidades da Terceira Idade.

Entretanto, os programas educacionais das Universidades da Terceira Idade, objetivam satisfazer necessidades inerentes do ser humano que constituem no desejo de conhecer, de estar atualizado, de conquistar a própria cidadania, de fazer parte do mundo e nele se desenvolver.

Neste sentido, as Universidades para Terceira Idade são promotoras de um novo modo de percepção e, conseqüentemente, de ação para uma nova identidade na velhice. Uma velhice em que é possível ensinar e aprender. Ensinar através das trocas de experiências que se fazem presentes nos grupos, e aprender no sentido da aquisição e intercâmbio de novos conhecimentos que, agregados às vivências, ampliam o campo do conhecimento e da aplicação. As atividades oferecidas devem estimular a construção de novos projetos de vida, para um novo tempo social e investir para que os idosos percebam suas capacidades de continuar aprendendo, de mudar e de querer ser. E é neste sentido que atua o NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade, tema que abordaremos na seção a seguir.

2. PROPÓSITOS EDUCACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC): ATIVIDADE DE EXTENSÃO PARA A PESSOA IDOSA

2.1 OS PRIMEIROS PASSOS DE UM CAMINHO UNIVERSITÁRIO: RESGATE HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DA TERCEIRA IDADE

As transições que acometem a sociedade brasileira têm promovido estudos de forma crescente pelas questões relacionadas à velhice. O Brasil encontra-se em transição, compreendida pela mudança demográfica, onde tínhamos uma população extremamente jovem, iniciando um processo contínuo de estreitamento da base da pirâmide etária e significando um envelhecimento da população. Transição epidemiológica com alto índice de doenças crônicas degenerativas com declínio das doenças infecciosas; transição econômico-social com as mudanças nas relações de mercado de trabalho, novos arranjos familiares e introdução de novos valores societários. O envelhecimento da população brasileira trouxe consigo uma gama de desafios e demandas, já que a sociedade não estava preparada para estas mudanças.

Entretanto, alguns segmentos da sociedade já haviam iniciado algumas ações instigadas, sobretudo por estudos europeus. Assim a velhice na realidade brasileira começou a despertar questionamentos a partir dos anos 60, sendo que nesse período encontramos a criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG em 1968. A iniciativa do Serviço Social do Comércio – SESC em realizar trabalhos com idosos teve como base as observações feitas por técnicos em viagens de estudos à Europa e aos Estados Unidos. Em 1963 foi constatada a existência de um pequeno grupo de aposentados que almoçava diariamente no Restaurante de um dos Centros Sociais da cidade de São Paulo, e que após a refeição, permanecia na sala de estar, conversando ou apenas repousando. Este grupo foi convidado a se organizar para atividades de lazer, tais como jogos de salão e leituras, sendo o embrião para o surgimento do primeiro grupo de idosos no Brasil conforme trajetória apresentada por Medeiros (2006).

Já nos anos de 1970, o Governo Federal em 1974 começou a se preocupar com a questão da velhice, sendo que podemos verificar com a criação da Lei nº 6.179 de 1974, que cria a Renda

Mensal Vitalícia, benefício social concedido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como uma das iniciativas que passam a dar proteção às pessoas que envelhecem na sociedade brasileira.

Para melhor dimensionarmos a trajetória empreendida no intuito de construir uma política social, Gonçalves (2010) assevera que conforme documento do Ministério da Previdência e Assistência Social, datado em 1976, fica expresso o objetivo de identificar às demandas relacionadas às condições de vida e dimensionar a problemática dos idosos no Brasil. A partir dos debates dos Seminários Regionais, potencializados com a participação de Técnicos e Especialistas de entidades governamentais e/ou de instituições privadas, foi estabelecido um momento ápice concretizado pelo intercâmbio de informações e de experiências de modo a contribuir com subsídios e sugestões para a formulação de uma Política de proteção para os idosos brasileiros.

Em continuidade as essas ações, Gonçalves (2010) ressalta que em janeiro de 1977, o então Ministério da Previdência Social e Assistência Social definem uma política social para os idosos brasileiros, estabelecendo as seguintes ações: implantação do sistema de mobilização comunitária; atendimento institucionalizado; atendimento médico social; programa de pré-aposentadoria e treinamento de recursos humanos. O então INPS organiza em seus postos um programa de atendimento, configurado por grupos de convivência de idosos, para atender seus beneficiários na maioria das capitais do país. Em virtude da reforma da Previdência em 1977, quando foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SIMPAS), o programa foi transferido para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que se tornou responsável pelo atendimento da população idosa no país. Nessas mesmas circunstâncias, o então Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), cria no de 1977, o Programa de Assistência ao Idoso – PAI, destinado a atender seus beneficiários pensionistas e aposentados. O PAI previa a assistência social aos idosos, tendo como objetivo sua integração social no que se refere à melhoria das condições de vida, de fortalecimento dos vínculos familiares e social tendo como instrumental: reuniões de grupo.

Esses pontos assinalados nos remetem a uma década também significativa que foi a de 1980, com a Constituição Federal, promulgada em 1988. Do conjunto de leis, direitos e políticas que, a partir desta Constituição, compõem a nova institucionalidade da proteção à pessoa idosa no Brasil, a Assistência Social destaca-se como importante fonte de melhoria das condições de vida e de cidadania desse estrato populacional em irreversível crescimento. Isso porque, com a Constituição vigente, a Assistência Social também ganhou nova institucionalidade, que a fez

pautar-se pelo paradigma da cidadania ampliada e a funcionar como política pública concretizadora de direitos sociais básicos e economicamente vulneráveis. Para tanto, a Assistência Social passou a ser regida por Lei federal (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a qual lhe conferiu características que a fizeram distanciar-se de práticas “assistencialistas” com que sempre foi identificada. Isso quer dizer que a partir da Constituição de 1988 e da LOAS, estabeleceu-se, a partir do plano legal, a diferença marcante entre a Política Pública de Assistência Social e o “assistencialismo”.

Assim, a Constituição de 1988, inclui a velhice como um fator de atenções obrigatórias, como as dispostas no capítulo da Seguridade Social:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

A Constituição preza ainda, em seu capítulo VII, artigo 229, que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.” E garante ainda, em seu artigo 230, que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Também conectados com estes princípios, encontramos no estado de Santa Catarina, iniciativas que se mantinham acalentadas pelos propósitos já firmados na década de 1979.

Cabe destacar que junto ao grupo catarinense e com desempenho proativo, sobretudo por estar capitaneando o núcleo de Serviço Social do INPS encontrávamos a Assistente Social e Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC, Neusa Mendes Guedes¹, profissional

comprometida com os estudos do envelhecimento e com a visão da importância da educação permanente como garantia de uma velhice bem vivida.

Com uma vinculação laboral junto a UFSC, a profissional acima referenciada encontra possibilidade de alavancar junto aos setores competentes discussões acerca da introdução de ações educativas para o atendimento da pessoa idosa catarinense.

¹. Neusa Mendes Guedes, especialista em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG, assistente social do INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFSC. Natural de Porto Alegre (RS), Neusa Guedes foi uma incansável estudiosa dos assuntos relacionados à velhice e defensora de políticas de atenção e proteção à pessoa idosa. Co-autora de obras e de pesquisas relacionadas à questão da pessoa idosa foi uma das fundadoras do NETI e coordenadora no período compreendido entre 1982 até 2000.

Tendo em vista o aumento da população idosa e a carência de medidas efetivas de atenção a este segmento, foi demonstrado que a questão da pessoa idosa necessitava de iniciativas já que o país estava envelhecendo; e foi diante desta nova demanda que foram envidados esforços no sentido de criar um espaço destinado que não leve só em conta o idoso enquanto sujeito individual mas sobretudo a concepção de coletividade incorporando as dimensões sociais.

Percebida a atenção institucional nas questões do envelhecimento, a Professora do curso de Serviço Social da UFSC, Neusa Mendes Guedes, que se encontrava envolvida com as discussões a nível nacional para estabelecimento de uma Política de Atenção e Proteção à pessoa Idosa, buscou apoio na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão, com o objetivo de criar um Núcleo para estudos e pesquisas voltadas ao segmento idoso.

Sendo assim, no ano de 1982 a Professora Neusa Mendes Guedes, do Departamento de Serviço Social da UFSC, juntamente com Lúcia Hisako Takase Gonçalves, do Departamento de Enfermagem da UFSC, elaboraram uma proposta constituída de um projeto inicial, com ações voltadas ao público idoso para o município de Florianópolis, como podemos conferir pelo depoimento da Professora, registrado em documento produzido em comemoração aos 20 anos do Núcleo:

Acumulando a função de Assistente Social do INPS e a de professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, senti que poderia realizar algo a mais. Convidei uma colega, professora do curso de enfermagem da UFSC, para juntas solicitarmos que a direção dessa universidade nos autorizasse a realizar alguma ação gerontológica (GUEDES, 2003, s/p).

Conforme elementos registrados em documentos explicitados pelas professoras em tela, encontramos em 03 de agosto de 1983, a criação oficial do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), (Portaria 0484/GR/83 do Magnífico Reitor Ernani Bayer), como um órgão vinculado à

antiga Pró-Reitoria de Cultura e Extensão/PRCE e que atualmente tem como vinculação a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão/PRPE da UFSC.

O dilema inicial vivido no meio acadêmico foi tensionado permeado por elementos de resistência às suas ações, e de outro lado, com reações suscitadas com algumas adesões ao um projeto de caráter inovador e sem registros no meio acadêmico. Entre as dificuldades encontradas no decorrer da criação do NETI, podemos destacar o preconceito e discriminação da pessoa idosa, a ausência de bibliografia brasileira sobre educação e envelhecimento, a invisibilidade do sujeito que envelhecia no meio acadêmico e ausência de referências que identificassem demandas e necessidades da pessoa idosa.

Acerca do significado do Núcleo, o Magnífico Reitor Ernani Bayer, em depoimento registrado no documento de comemoração aos 20 anos do NETI, manifestou que:

Quando em 1982 cogitou-se da criação de um núcleo de estudos para tratar da questão do idoso creio que não estava claro, para a Universidade, a questão do preconceito e da discriminação que já se fazia com o idoso. Com o envelhecimento da sociedade estamos vivendo, casa vez mais, os problemas da terceira idade. Por isto o valor da iniciativa, na época, das professoras Neusa Mendes Guedes e Lúcia Hisako Takase Golçalves [...] (BAYER, 2003, s/p).

Com a sua criação, o NETI começou a formar uma equipe de trabalho organizada de forma interdisciplinar e multiprofissional, reunindo alunos e professores da Universidade, sendo uma experiência pioneira em inserir a intervenção junto aos idosos no universo acadêmico. Ao mesmo tempo em que estabelece como objetivo, contribuir para reduzir o isolamento e solidão da pessoa idosa, reintegrando-os à sociedade. O NETI se organiza objetivando também trabalhar na direção do resgate da cidadania e a participação na produção de novos valores bem como atuar com vistas a redefinir as imagens da velhice e do envelhecimento

O NETI foi abrindo suas fronteiras, estendendo-se a outros departamentos da Universidade Federal de Santa Catarina e assim começou a se inserir nas atividades dos diversos departamentos objetivando ações como: preparação para a aposentadoria; atividades esportivas voltadas à pessoa idosa, inserindo-os no centro de desportos. Objetivando trabalhar na formação de recursos humanos procedeu-se a criação do curso de especialização *latu sensu* em gerontologia com enfoque interdisciplinar. Cabe destacar a criação de grupos que acompanham idosos portadores de doenças como Parkinson e Alzheimer, bem como a criação de cursos de leitura e escrita, inclusão digital e línguas, sendo todos destinados à pessoa idosa.

Desde 1982, o NETI, além de inserir as questões da velhice e do envelhecimento humano na agenda da Universidade, possibilitou o repensar dessa temática, dando oportunidade aos idosos, para que possam reaprender a ocupar o seu espaço e interagirem com outras gerações.

Na atualidade, as questões ligadas à velhice e ao processo de envelhecimento humano representam um desafio para estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas. Devido à emergência da velhice como fenômeno social, a gerontologia vem crescendo e se transformando numa área especializada do saber e da intervenção que agrega profissionais de diversas disciplinas e profissões.

Assim, o NETI segue projetando suas ações até os dias atuais, tendo como objetivo colocar o conhecimento da Gerontologia à disposição da comunidade.

Com relação ao NETI, Cachione, nos afirma que:

A partir da década de 80, podemos verificar que as Universidades começaram a abrir um espaço educacional, tanto para a população idosa como para profissionais interessados no estudo das questões do envelhecimento. [...] Em 1982, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi criado o Núcleo de Estudos de Terceira Idade - NETI, considerado o primeiro programa de atendimento ao idoso e formação de recursos humanos na área gerontológica, realizados em uma Universidade (CACHIONI, 1998, p. 48).

O NETI, ao completar 27 anos de atividades em 2010, procura centrar os idosos no seu papel na sociedade, buscando habilitar os mesmos para exercer novas funções na comunidade. O NETI busca também o aprimoramento e a inclusão dos idosos no convívio acadêmico da UFSC e também na sociedade de maneira geral.

Na cronologia que nos remete formas de organização, encontramos na coordenação do NETI, durante o período de 1982 a 2000, a Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFSC, Assistente Social e Especialista em Gerontologia, Neusa Mendes Guedes, que juntamente com a equipe, abriu e construiu um espaço de destaque no cenário gerontológico nacional.

Durante o período de 2000 até 2005, o NETI foi coordenado pela técnica administrativa, Bacharel em Letras e Especialista em Gerontologia, Jussara Bayer, que junto da equipe, deu continuidade aos projetos e programas do Núcleo, realizando o Plano Político Pedagógico com a equipe, sendo que em sua gestão, obteve a aprovação do Curso Técnico da Ação Gerontológica, pioneiro no Brasil.

De 2005 até os dias atuais, o NETI segue sob a coordenação da Professora e Doutora em Ciências da Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, Ângela Maria Alvarez.

O Núcleo vem atendendo atualmente pessoas a partir dos 50 anos, norteando-se por um referencial teórico-filosófico de educação permanente que se alicerça nos quatro pilares do processo educativo: (1) aprender a conhecer, facilitando o acesso ao conhecimento de modo geral,

(2) aprender a fazer, relacionado à prática do conhecimento adquirido anteriormente, (3) aprender a conviver, numa perspectiva de busca pelo reconhecimento do “outro”, por meio de um aprendizado coletivo e (4) aprender a ser, numa articulação de todos os pilares, que propicia uma percepção holística da pessoa idosa, ou seja, considera o idoso a partir de uma totalidade (DELORS, 2000).

O Núcleo orienta-se com base nos pressupostos teóricos de Edgar Morin (2000), que nos permite desvendar e compreender que por meio da educação, surgem novas possibilidades de enfrentamento das incertezas e das multiplicidades dos componentes e das dimensões do envelhecer. O ato de ensinar a condição humana deve ser o objeto essencial do ensino, baseado de que o ser humano é, a um só tempo, físico, psíquico, biológico, cultural, social e histórico formando uma unidade complexa.

O projeto pedagógico do NETI, conforme Weffort (1996) propõe ainda a compreensão do ser humano enquanto sujeito inacabado, firmando-se como ser histórico na sociedade.

O Núcleo de Estudos da Terceira Idade da UFSC, é o órgão que coordena, executa e avalia os programas da área gerontológica, formando recursos humanos em todos os níveis, promovendo o idoso e re-significando a vida no espaço acadêmico.

A seguir abordaremos o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, projeto oferecido pelo Núcleo e realizado nesta perspectiva de buscar um novo significado para a velhice, por meio da educação permanente.

2.1.1 O Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica

Devido à significativa transformação da distribuição da população brasileira, surge a necessidade de reformas estruturais e o planejamento de políticas públicas locais, já preconizadas pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso, já citados no presente trabalho. Dentre as propostas citadas determinadas por essas políticas, a educação surge como oportunidade de atualização, aquisição de conhecimentos e inserção social, respeitando a peculiar condição etária.

Em meio a este contexto, cabe apresentar o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (CFMAG), oferecido junto ao Núcleo de Estudos da Terceira Idade, da Universidade Federal de Santa Catarina, autorizado pela Câmara de Pesquisa e Extensão da UFSC do Parecer 028/CPE/90. O Curso iniciou suas atividades em 1990 com intuito de qualificar

peças idosas em gerontologia, proporcionando o desenvolvimento de novos conhecimentos e estimulando a atuação social na comunidade.

O objetivo deste projeto se configura em promover a integração social e comunitária das pessoas da terceira idade, através da qualificação estimuladora à criação de novos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades que permitam o cultivo de um envelhecimento saudável.

O Curso é desenvolvido no período de três anos e traz espaços de discussão, análise e reflexão das demandas dos idosos, valorizando o potencial dos mesmos, contribuindo para a alteração da sua representação social na comunidade acadêmica, oportunizando a intergeracionalidade e o desenvolvimento sócio-pessoal do mesmo e contribuindo também, para a instrumentalização teórico-prática e metodológica sobre o envelhecimento humano.

Baseando-se nos referenciais teóricos do NETI, já apresentados no presente trabalho, os professores do Curso procuram discutir nas disciplinas ministradas, assuntos pertinentes ao processo de envelhecimento e seus desdobramentos biopsicossociais, por meio de aulas expositivas, exibição de vídeos, apresentações de trabalhos individuais e em grupos, discussão dos textos, a partir do conteúdo programático que segue abaixo:

1. Gerontologia: disciplina básica para a compreensão da ação do campo da gerontologia. Seu conteúdo é integralizado com uma visão interdisciplinar e difundido em todas as disciplinas que compõem o curso.
2. Psicologia: se propõe a ajudar a formar uma visão de homem histórico e em constante desenvolvimento, com possibilidades de vida saudável em qualquer idade. Visão crítica sobre o processo de envelhecimento, visto pelos meios de comunicação social e o confronto com a realidade.
3. Filosofia: Analisa e discute soluções filosóficas para problemas e questões cruciais da existência humana, utilizando as principais correntes e pensamentos que envolvem a ética;
4. Antropologia: Privilegia a questão da velhice como construção cultural nos aspectos referentes à cultura, à família e às instituições. Instrumentaliza na pesquisa e execução de trabalhos prático-científicos baseados na memória e histórias de vida;
5. Noções de Saúde: Visa o entendimento sobre saúde, bem estar e qualidade de vida no processo de envelhecimento humano, bem como os tipos de comportamentos que interferem no viver e no envelhecer e as limitações e riscos à saúde na terceira idade. Noções do sistema público de saúde;

6. Sociologia: Contextualiza a sociologia, sua necessidade e importância na compreensão da criação, organização e transformação da sociedade humana, com enfoque na realidade social atual, considerando a dinâmica populacional intergeracional;
7. Direito: Informações que permitam sanar as dúvidas e aumentar a compreensão da legislação específica, ressaltando as diretrizes da Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso;
8. Ação Comunitária: Oportuniza informações e situações que possibilitem aos alunos a aprendizagem dos conteúdos sobre Planejamento Social, propiciando uma criação reflexiva e participativa. Capacitação instrumental técnica que vise transformar situações da realidade social com a elaboração de planos, projetos e programas de ação comunitária com enfoque gerontológico;
9. Dinâmica I e II: (I) Aprendizagem dos processos de grupo para auto-conhecimento e compreensão do comportamento intra e interpessoal. (II) Vivências grupais visando o desenvolvimento dos processos pessoais e de sociabilidade;
10. Metodologia da Ação Gerontológica: Habilita o monitor para atuar como multiplicador da ação gerontológica, promovendo reflexões e discussões acerca das situações que podem ser vivenciadas na prática gerontológica. Propicia estratégias de ensino-aprendizagem que favoreçam a integração entre o conhecer, o fazer, o conviver e o ser;
11. Supervisão de Estágio: Oportuniza o resgate teórico e metodológico no intuito de clarear a área de atuação com aprendizagens positivas sobre Planejamento Social e Participativo.

Cada disciplina perfaz 02 (dois) créditos (30 horas), exceto o estágio que se desenvolve em 04 (quatro) créditos (60 horas), sendo que o total de carga horária/aula é de, aproximadamente, 450 (quatrocentos e cinquenta) horas.

Os alunos buscam o NETI efetuando a matrícula por semestre, nos períodos fixados pelo NETI. Ao ingressar no Curso, o aluno é matriculado em todo conjunto de disciplinas que compõem a primeira fase do Curso. A partir da análise das matrículas do semestre 2010/1, observa-se que o Curso conta com a presença significativa da mulher, sendo que, no total há 86 (oitenta e seis) alunos matriculados, sendo 77 (setenta e sete) mulheres e apenas 09 (nove) homens.

A verificação do aproveitamento nos estudos é feita através da avaliação processual por fases objetivando a proposta concreta de atuação do aluno na comunidade no final do Curso. O aluno que, por motivo justificado, não entregar a proposta concreta de atuação na comunidade no

prazo determinado, comunicará por escrito o fato ao NETI, dentro de 07 (sete) dias úteis, podendo vir a receber um certificado de frequência expedido pela Secretaria do NETI. É obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina. O aluno que não comparecer a 75%, no mínimo, das aulas e demais atividades escolares programadas para o Curso, poderá recuperá-las no semestre posterior, desde que haja um acordo com o professor da mesma.

Ao longo do Curso os alunos recebem o aporte teórico das disciplinas, visando além dos objetivos propostos, a preparação para a vivência no campo de estágio. Para isso, atividades de trabalhos em grupos estimulam a iniciativa e o potencial criativo para a idealização e composição de um projeto de ação gerontológica junto à comunidade.

Os alunos preparam-se com antecedência para o estágio através de leituras, observações e contatos, visando selecionar e conhecer os possíveis locais de estágio. A duração do estágio tem no mínimo 90 horas, sendo 60 horas para atividades referentes à prática gerontológica e 30 horas para o planejamento das atividades, produção do relatório de experiência e encontros mensais com orientadores do estágio. É estimulada a realização dessa experiência por grupos de alunos, sendo no máximo quatro alunos por campo de estágio. Os orientadores têm o dever de reunirem-se com os alunos para acompanhamento, troca de experiências, orientações teóricas e visitas de campo. O local de estágio é escolhido pelo aluno de acordo com as suas aptidões, sendo necessário que o campo ofereça condições de atuação dentro dos objetivos do curso.

Os alunos estagiários são avaliados de acordo com a assiduidade e a capacidade de observação, adaptação, relacionamento, interesse, aplicabilidade dos conhecimentos teóricos adquiridos no curso e participação. Após realizarem o estágio, os alunos elaboram um relatório de sua experiência, com dados da pesquisa de campo e dados da pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados com a área gerontológica, que é corrigido pelo professor orientador e depois entregue com as devidas observações até a data da formatura.

O aluno que integralizar o currículo do Curso receberá certificado de conclusão assinado pelo Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Pró-Reitora de Cultura e Extensão - PRCE/UFSC e pelos Coordenadores do Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI/UFSC, com registro no Departamento de Projetos de Extensão – DPE/UFSC.

Compreendido como espaço de formação, as solenidades que marcam o encerramento do Curso, são organizadas com o apoio do Departamento de Projetos de Extensão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão – PRPE/UFSC e o Departamento de Eventos com a efetivação da solenidade e a comprovação certificando a participação no Curso, sendo outorgada em solenidade no Auditório da Reitoria.

Os alunos tornam-se recursos humanos preparados para atuarem como agentes multiplicadores de ações gerontológicas nas comunidades. Cabe ressaltar que não se trata apenas de treinar ou capacitar pessoas idosas para repassarem suas experiências de vida, mas de formá-las para atuarem como educadoras, desenvolvendo um programa educacional que contemple o ensino e o aprendizado, o nível de consciência crítica e a avaliação de posturas dentro de uma metodologia participativa, comprometida com as transformações pessoais e sociais, além de levar aos idosos inseridos nas comunidades, a educação permanente.

O CFMAG busca inserir a pessoa idosa na Universidade ao reconhecer a sua capacidade de continuar aprendendo e convivendo socialmente. Busca ainda, promover a integração social dos mais velhos, por meio da qualificação que estimula o desenvolvimento de habilidades que permitem o cultivo de um envelhecimento ativo e saudável, como nos mostra Rodrigues (2006):

O envelhecimento ativo é uma “construção”, para o qual vão influir, além da herança genética, o meio ambiente, a educação, os hábitos de higiene e alimentação, os cuidados com a saúde, especialmente na prevenção de doenças, desde a infância, com as vacinações sistemáticas, a habitação, trabalho, seguridade social, cultura e lazer. Logo, o envelhecimento ativo não depende apenas da pessoa, de ela ter estilos saudáveis de vida. Depende também de políticas públicas, econômicas, de investimentos, por parte dos governos, tanto em nível municipal, como estadual e federal, em programas referentes às áreas acima citadas; [...] (RODRIGUES, 2006, p. 64).

A formação no CFMAG possibilita à pessoa idosa, espaços de discussão, análise e reflexão das demandas dos idosos, valorizando o potencial do mesmo, contribuindo para a alteração da representação social da pessoa idosa na comunidade acadêmica.

A proposta do CFMAG possibilita à pessoa idosa aferir novos conhecimentos e informações, novas amizades e uma melhor qualidade de vida. Estes idosos agenciam o seu processo de transformação social e participação social, firmando laços sociais que muitas vezes sofreram rupturas durante o processo de envelhecimento.

O CFMAG objetiva um despertar para uma visão renovadora sobre a velhice e permite aos idosos, assumir uma posição de protagonismo de sua vida, atuando como um agente participativo nas questões familiares e sociais, influenciando na transformação da sociedade, por meio da aquisição e divulgação de uma nova visão do processo de envelhecer.

O CFMAG, enquanto proposta educacional faz com que os idosos possam vir a descobrir, reanimar e fortalecer seu potencial.

O CFMAG procura oportunizar aos seus alunos idosos uma melhor compreensão do mundo que os cerca, preservando a liberdade de expressão, de desenvolver suas capacidades e habilidades, favorecendo o seu despertar para uma vida melhor, resgatando a auto-confiança, fortalecendo o crescimento pessoal e revalorizando o seu tempo. Refletindo sobre esta questão, Salgado (2007), nos afirma que a adequada adaptação ao tempo do envelhecimento só é possível se a pessoa idosa mantiver um bom nível de compreensão do mundo e da sociedade em que vive. A disponibilidade constante de aprender independentemente da idade é a condição essencial para a participação social, pois coloca o indivíduo na condição de agente comprometido com as questões e os momentos atuais da sociedade.

Podemos afirmar que o Curso vem desde 1990 mostrando ao idoso o quanto ele é importante, se configurando em um ser inacabado, que precisa dar continuidade a sua educação até o fim de sua existência. Assim, o CFMAG busca métodos pedagógicos adequados, profissionais dispostos a estimulá-lo, motivá-lo para não só aprender, mas também ensinar. Essa troca de experiências resultará num grande aprendizado para todos os envolvidos nesse processo.

A elaboração de propostas educacionais destinadas aos idosos está garantida em legislação específica como as leis Nº 8.842/1994 e Nº 10.741/2003 que dispõem sobre a Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, respectivamente trazendo propostas de atendimento ao idoso, tratando desde o direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à saúde, desde a educação que surge como oportunidade de atualização, aquisição de conhecimentos e inserção social, respeitando a peculiar condição etária. Cabe ressaltar que o Curso se desenvolve de acordo com as necessidades do idoso, sempre respeitando a individualidade e a história de cada um.

A Política Nacional do Idoso, que reconhece o idoso como sujeito portador de direitos, define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais e as condições para promover sua autonomia, integração e participação dentro da sociedade. Esta lei foi pautada em eixos como a proteção social, que inclui as questões de saúde, moradia, transporte, renda e inclusão social, que trata da inserção ou reinserção social dos idosos por meio da participação em atividades educativas, socioculturais, entre outras. No ano de 2003, o Estatuto do Idoso, além de ratificar os direitos demarcados pela Política Nacional do Idoso, acrescenta novos dispositivos e cria mecanismos para coibir a discriminação contra a pessoa idosa. Sendo assim, o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, segue de acordo com a proposta educacional estabelecida nas leis de amparo aos idosos, visto que se desenvolve de forma a garantir que os mesmos participem da sociedade por meio de atividade educativa, possibilitando espaços de recusa a discriminação e os preconceitos contra a pessoa que envelhece.

A Política Nacional do Idoso preconiza em seu quarto artigo, a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio da pessoa idosa, que proporcionem sua integração às demais gerações; o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento; o apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento. Entretanto, o Curso se reafirma como um espaço de inclusão e desenvolvimento das políticas de atendimento aos idosos, pois trabalha na direção destas diretrizes.

Ainda de acordo com essa lei, fica garantida a criação de universidades abertas e programas que possam capacitar os idosos ao retorno da vida social, atualizando-os e promovendo seu bem estar em todos os aspectos por meio dos processos de aprendizagem da educação permanente.

Sendo assim, o NETI segue de acordo com a direção das políticas de atendimento aos idosos, já que oferece um espaço de Universidade Aberta à Terceira Idade, e o CFMAG oferece suas atividades sempre com a perspectiva de educação permanente, através do princípio de que os indivíduos são capazes de aprender durante toda a sua vida.

O Curso possibilita aos alunos idosos, produzir impactos positivos no seu cotidiano, sendo que assim, os mesmos vão em direção da recusa ao isolamento, buscando se colocar em espaços de participação, como os campos de estágio na sexta fase e a ação comunitária após a conclusão do Curso.

Através da participação, os idosos exercem o seu direito da cidadania e podem assumir papéis relevantes na sociedade. Percebemos que as modificações advindas com a prática da participação social, possibilitam a conquista de sentimentos como, elevação de auto-estima, e valorização enquanto sujeito idoso. Sendo assim, o Curso contribui para que os idosos sejam instrumentalizados para ocupar esta posição de participação e convivência social.

Ao analisar sobre o direito da convivência social, preconizada no Estatuto do Idoso, Lopes (1997), afirma que na vida torna-se necessário o exercício do relacionamento e da participação, sendo que é preciso desempenhar os papéis sociais para que não se perca a perspectiva de quem somos socialmente. Porém, essas relações podem ser dificultadas, quando as pessoas não se sentem aceitas e se retraem.

Entretanto, buscando propiciar um espaço onde os idosos sintam-se aceitos, o Curso oferece a educação para a cidadania, envolvendo os idosos num processo de aprendizado onde eles sejam incentivados e instrumentalizados para assumir o papel de protagonista de seu espaço social.

Programas de educação permanente como o CFMAG, têm levado os idosos a se perceberem e serem fortalecidos na sua condição de cidadãos, sujeitos de direitos e inseridos no contexto atual. Entretanto, é essencial refletir com os idosos sobre sua contemporaneidade, os levando a se perceberem como sujeitos do tempo presente, com possibilidade e perspectiva de tempo futuro. É importante despertá-los para a necessidade de construir um projeto para sua vida que lhe dê um significado, incentivando e valorizando a sua capacidade de sonhar, de desejar e de criar.

Estudos de Palma (2000) sobre educação permanente e programas de Universidade de Terceira Idade nos chamam atenção para a criação desses programas com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, além de propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida, buscando modificar a imagem dos idosos perante a sociedade. Assim, participando de atividades de grupos com o CFMAG, os alunos encontram a possibilidade de problematizarem suas vivências. Partindo dessas observações, consideramos que o CFMAG tem propiciado um exercício de redescoberta de potencialidades adormecidas e tem criado novas possibilidades para os idosos que passam a exercer sua liberdade.

Por meio da educação permanente, o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica assume uma perspectiva de que a capacitação dos idosos confere o papel de agentes multiplicadores, agentes de mudanças, em diversas frentes de ação, libertos de preconceitos, mitos e estereótipos, formatando uma nova consciência do seu processo de envelhecimento, visto que, a longevidade é um bem precioso e precisa da garantia de direitos numa sociedade para todas as idades.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL E SUA MEDIAÇÃO JUNTO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE MONITORES DA AÇÃO GERONTOLÓGICA

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993 e balizada pelo Código de Ética, aprovado pela resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social (IAMAMOTO, 2009).

Assim, considerando a condição de cidadão da pessoa idosa, o Serviço social vem firmando um compromisso com a efetivação desses princípios, no sentido de possibilitar um novo olhar a este segmento, numa perspectiva de enxergar a pessoa idosa enquanto indivíduo social.

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. E mais, não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada (PEREIRA, 2005).

Destacando os estudos da referenciada autora, há de se considerar alguns indicadores em relação ao bem-estar da pessoa idosa, como por exemplo, o acesso à educação como processo permanente e o uso do tempo livre e participação em atividades culturais e sociopolíticas.

Nesse contexto, o processo de envelhecimento acelerado na realidade brasileira vem exigindo redefinições de papéis, por parte do Serviço Social, para elaborar estratégias de inclusão da pessoa idosa no usufruto de seus direitos e de mobilização para seu protagonismo e empoderamento.

O Serviço Social é uma profissão interventiva, suas pesquisas devem ter como objetivo não apenas o conhecimento da realidade, mas também o uso desse conhecimento para contribuir com mudanças socialmente necessárias dessa realidade. Nesse sentido, os estudos sobre o fenômeno do envelhecimento a ser realizada pelo Serviço Social não constituirá um fim em si mesmo, mas um meio capaz de subsidiar ações planejadas e intencionais.

Assim, com a intenção de buscar alternativas para a construção de uma sociedade para todas as idades, o Serviço Social apresenta uma estreita relação com a cidadania, na medida em que afirma a igualdade de todos os homens, levando-os a participar de forma integral junto aos direitos civis e políticos. O Serviço Social tem um papel mediador diante destas relações, podendo estabelecer espaços para a pessoa idosa enquanto sujeitos plenos de cidadania.

Desta forma, o profissional de Serviço Social, devido ao seu acúmulo teórico no campo das políticas sociais, tem sua presença reconhecida em diferentes áreas de atuação, e vem se inserindo em espaços de acesso à educação permanente, ampliando formas de inclusão social da pessoa idosa.

A inserção dos assistentes sociais estabelecimentos desse cunho, tem representado, na atualidade, o resultado de sua atuação política e profissional na defesa dos direitos sociais e humanos. A presença de assistentes sociais em cursos voltados à pessoa idosa tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso à educação nesta etapa da

vida, possibilitando a extensão desse processo para outros membros da família, bem como da sociedade.

A presença de assistentes sociais em atividades sócio-educativas configuradas na educação permanente, expressa a compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial.

Diante desses imperativos, urge para o Serviço Social a possibilidade de atuar como mediador junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, considerando a Educação Social como instrumento alternativo de intervenção com espaços propícios de discussão, análise e reflexão para a construção de estratégias viáveis quanto às demandas das pessoas em processo de envelhecimento e/ou envelhecidas na proposta de repensar seus conceitos sobre a velhice.

Atualmente os diferentes modos de sociabilidade são colocados em duras provas, colocando a sociedade em ameaças pela desorganização e ruptura dos laços sociais. Muito mais que estar em grupo, temos que encontrar formas coletivas para enfrentar as dificuldades e encontrar soluções conjuntas para viver de uma forma mais plena. Desta forma, o Serviço Social contribui na realização das atividades do Curso, no sentido de estabelecer espaços de reconstrução das relações sociais, onde a participação da pessoa idosa ocorre de uma forma crítica e reflexiva sobre a realidade em que vive.

Inserido nesta ação, o Serviço Social contribui para o desvelamento da questão do envelhecimento, visto que a atuação da Assistente Social estabelece a possibilidade de espaços de discussão, análise e reflexão das demandas dos idosos com relação ao seu processo de envelhecimento, contribuindo assim para alteração da representação social da pessoa idosa na academia e na sociedade, oportunizando ainda, o seu desenvolvimento pessoal e social. Propicia a construção de estratégias viáveis para responder às demandas das pessoas em processo de envelhecimento, numa proposta de repensar seus conceitos e sua auto-imagem perante a velhice.

O Serviço Social junto ao CFMAG possibilita espaços para o desenvolvimento de processos educativos que visam o aumento da auto-estima, da compreensão da realidade sócio-cultural, do compromisso comunitário e cidadão, buscando o empoderamento e a autonomia desses sujeitos que estabelecem um novo significado à sua realidade.

A postura teórico-metodológica assumida pelo Serviço Social participante do CFMAG, bem como do NETI, busca sustentar a consonância de suas ações com os princípios fundamentais

que norteiam a ação profissional do Assistente Social. Conforme nos afirma Martinelli (2006), o Serviço Social é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana e justa, a partir de uma prática direcionada ao enfrentamento crítico da realidade. Assim, o Serviço Social junto ao programa, possibilita um estímulo para o agir, o pensar e o fazer, com base na realidade que cerca a pessoa idosa.

O Serviço Social, em conformidade com o Código de Ética Profissional, mantém seu “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupo socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993).

Assim, podemos destacar que as ações profissionais direcionadas aos alunos do CFMAG, assumem uma postura que possibilita a participação de todos, cultivando o respeito e o cuidado pelos mesmos sem perder de vista a totalidade das suas relações sociais.

2.2.1 O ordenamento das atividades desenvolvidas na Disciplina Ação Comunitária do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica

Partindo dos pressupostos que cabe a Universidade Federal de Santa Catarina, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos relacionados à pesquisa, ensino e extensão, destacamos o NETI enquanto espaço que objetiva a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento em gerontologia; o que funda a possibilidade de formar pessoas idosas enquanto monitores de novas ações gerontológicas. Assim, neste processo, os idosos têm vivências específicas em diferentes etapas que objetivam propiciar novos conhecimentos e capacitação, na direção da formação enquanto agentes multiplicadores da ação gerontológica. Essas etapas são organizadas a partir das seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, com disciplinas voltadas ao conhecimento da Filosofia, Antropologia e Psicologia; Ciências Sociais, com disciplinas relacionadas ao conhecimento da Sociologia, Gerontologia, Ação Comunitária, Metodologia da Ação Gerontológica, Dinâmica de Grupo e Supervisão de Estágio; e em outra estrutura, os idosos têm vivências nas áreas de conhecimento compreendidas pelas Ciências Jurídicas e Ciências da Saúde. O desenvolvimento dessas disciplinas se organiza ao longo de um semestre perfazendo um total de seis semestres para o cumprimento da carga horária prevista com encontros compreendidos entre aulas teóricas e práticas.

A formação é compreendida, portanto com etapas de trabalho nas quais a pessoa idosa se matricula em disciplinas visando participar deste processo de educação permanente. Ao longo do Curso os alunos recebem aporte teórico das disciplinas visando além dos objetivos propostos, a preparação para vivência no campo de estágio.

O foco deste estudo está compreendido na vinculação da experiência oportunizada pelo acompanhamento direto ao CFMAG durante a disciplina Ação Comunitária, que estabelece os propósitos educacionais do referido programa.

Ordenando as atividades realizadas junto à disciplina Ação Comunitária do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, foco de análise do presente trabalho, podemos destacar, que o Serviço Social, por se tratar de uma profissão marcada pelo seu compromisso com a democratização das relações sociais e com a promoção do exercício pleno da cidadania, firma a sua ação profissional na direção de constituir este espaço educativo com possibilidades de envolver e preparar esses alunos para exercerem sua cidadania enquanto sujeitos de direitos.

As ações profissionais do Serviço Social, frente à docência, ministrando conteúdos de ação comunitária junto ao CFMAG, estão voltadas para o conceito de educação permanente, por razão de se acreditar que a educação é condição que auxilia a pessoa idosa a exercer sua cidadania, de modo que este segmento populacional possa sentir-se capaz de provocar mudanças em sua própria realidade.

A educação permanente relacionada à pessoa idosa parte da essência sócio-educativa na qual se incluem o resgate de vivências, os caminhos percorridos, o acompanhamento das buscas e decisões das rotas a seguir no exercício da cidadania. Tais dimensões só podem ser compreendidas a partir do contexto histórico e da realidade em que está inserida a pessoa idosa, suas demandas e valores. Assim, ressaltamos a importância do Serviço Social junto a esse segmento populacional, participante do programa de educação permanente, uma vez que, conforme nos assevera Miotto (apud VASCONCELOS, 2000), a orientação e o acompanhamento interferem diretamente na formação de condutas e subjetividades dos sujeitos que frequentam o cotidiano de diferentes espaços sócio-ocupacionais.

É neste contexto que o Serviço Social postula sua orientação e acompanhamento à pessoa idosa, no sentido de tecer ações de natureza sócio-educativa interferindo diretamente na vida desses homens e mulheres. Assim sendo, busca instrumentalizar os idosos para eles próprios atuarem, enquanto cidadãos de direitos que são, em espaços que tornem visíveis suas demandas, despertando a criticidade deste grupo etário, principalmente com a atual complexidade que gera significativas mudanças em nosso contexto social.

É nessa direção que as ações da Disciplina Ação Comunitária são reconhecidas no bojo das ações profissionais do Serviço Social. Estabelece vinculação para a efetivação do aparato legal estabelecido pela Política Nacional do Idoso, bem como pelo Estatuto do Idoso, no que tange ao direito da participação social, tratando da possibilidade de inserção ou reinserção da pessoa idosa por meio da participação em atividades educativas, sócio-culturais, organizativas e ação comunitária. Nesse sentido, a Política Nacional do Idoso se estabelece como instrumento de referência fundamental para o trabalho do assistente social devendo ser apropriado também pelo segmento envelhecido no sentido de estabelecer garantia de direitos sociais, espaços de participação política e de inserção social.

Desta forma, as ações sócio-educativas realizadas pela assistente social, visam contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos idosos, frente à apreensão da realidade, facilitando processos democráticos garantidores de direitos.

O desenvolvimento do processo educativo se faz com a utilização de inúmeros recursos. Esses recursos incorporam técnicas de dinâmica de grupo, bem como técnicas de reconhecimento de território.

Deste modo, a atuação profissional compreende algumas etapas neste processo de trabalho sendo que podemos destacar na sua processualidade, vivências que oportunizaram a apreensão dessa realidade compreendida na relação direta dos alunos da quinta fase do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica.

Compreendida como primeira etapa deste processo e com o objetivo de estimular a vivência em grupos, tendo em vista que ao participarem do Curso, os idosos estão sendo preparados para se tornarem monitores atuantes no meio social, podemos destacar a realização de dinâmicas propiciando aos alunos o desenvolvimento de trabalhos em grupos, refletindo acerca de conceitos sobre tomada de decisão, considerando que os idosos devem ter preservada a garantia do reconhecimento à sua autonomia e as convicções pessoais da pessoa idosa merecem ser respeitadas. Assim, por meio destas atividades, é possível avaliar o grau de capacidade que os idosos têm para tomar suas decisões. É importante ressaltar que a pessoa idosa ao participar ativamente de processos onde é possível expressar sua vontade, sua opinião, bem como sua decisão, mostra seu direito de ser um cidadão. Desta forma, com a realização desta dinâmica, buscou-se resgatar a sua participação ativa no processo de tomada de decisões que é geralmente restringida, muitas vezes, pela própria família ou pelas instituições.

Destacamos que a realização dessas atividades criou espaços onde foi possível dialogar e refletir com os alunos sobre conceitos como planejamento, participação e administração de desafios, visando motivar os mesmos para que se sintam incluídos socialmente. Trabalhando estas questões com os alunos, foi possível prepará-los para se tornarem monitores com autonomia de comando dos desafios e organização de suas atividades durante seu período de estágio ou durante sua atuação comunitária.

Estabelecendo inferências a cerca do processo sócio-educativo, cabe ressaltar que como abordagem desse contexto os trabalhos tem o caráter grupal, organizados também entre alunos e a presença de convidados atuantes em espaços de atenção à pessoa idosa. São profissionais que desenvolvem trabalhos com idosos em Instituições, bem como em Grupos de Convivência. Estes convidados possibilitaram aos alunos, o acesso a informações sobre os trabalhos desenvolvidos com a pessoa idosa, propiciando uma abertura no leque de possibilidades de práticas sociais desenvolvidas junto aos recursos comunitários.

Durante este processo de formação, também foi introduzida discussões na área da psicologia, com a participação de uma profissional, informando aos alunos sua experiência de atuação junto a Grupos de Convivência em Florianópolis, motivando os mesmos a participarem destes espaços, que permitem a partilha de informações e a interação com o outro. E ainda ressaltando a possibilidade da promoção do envelhecimento participativo, na direção da preservação das capacidades intelectuais, sociais.

Cabe destacar que considerando a socialização das informações como compromisso da garantia do direito à informação, como um direito fundamental de cidadania, é possível manter a pessoa idosa consciente da existência de espaços destinados à sua atenção, além de ampliar sua perspectiva sobre as formas de atuação em sociedade, levando a uma compreensão de novas estratégias para melhorar as suas relações sociais.

Podemos destacar neste processo de socialização de informações, a participação da coordenadora de uma instituição de atendimento da pessoa idosa, possibilitando uma contribuição na instrumentalização dos alunos para sua futura atuação na comunidade, visto que a instituição foi apresentada como um espaço de estágio aos alunos do Curso, propiciando a ampliação do conhecimento referente às formas de participação social para a pessoa idosa. Assim, podemos inferir que ao orientar os alunos sobre as possíveis maneiras de se inserir novamente no meio social, é possível estabelecer aos mesmos, a construção de uma identidade sob a ótica de utilidade social, o que gera satisfação e aumento da auto-estima, por meio do seu envolvimento nestes espaços, criando um novo sentido para sua vida.

Outra etapa que ressaltamos como importante na formação e instrumentalização dos alunos para sua futura atuação na comunidade se configura no reconhecimento de espaços públicos e de participação social como o Conselho Municipal do Idoso. Inserindo os alunos em um espaço como o Conselho Municipal do Idoso, destacamos a possibilidade de os mesmos se conscientizarem acerca de sua importância enquanto cidadão com o direito e o dever da participação e do desempenho de seu papel social, para que não se perca a perspectiva de quem são socialmente. É possível ainda que esses idosos despertem sua criticidade, com relação aos seus direitos, bem como com relação à legislação que lhes protege, firmando uma evolução no meio social, compreendendo as transformações que vem ocorrendo ao seu redor, além de torná-los atualizados e comprometidos em exercer sua cidadania, buscando seus direitos para que possam usufruir uma vida saudável, participativa e produtiva na sociedade em que estão inseridos. Enfatizamos que as potencialidades do Conselho são apropriadas nesta etapa de trabalho, considerando a participação dos alunos como sujeitos conhecedores deste espaço de representação e reconhecimento de sua cidadania e de valorização como ser capaz de produzir e colaborar na construção de uma sociedade integrada.

Podemos destacar como etapa seguinte desse processo de trabalho realizado pela assistente social junto aos alunos da Disciplina Ação Comunitária, a inserção dos alunos em uma visita institucional. Esta atividade consistiu na visita a uma entidade que oferece espaços para estes idosos atuarem enquanto monitores. Salientamos que as possibilidades de apreensão acerca da dinâmica de uma instituição, foram contempladas nesta atividade, considerando que os alunos puderam conhecer as possibilidades de exercer sua cidadania, por meio da participação, visto que, na condição de monitores, realizam ações sociais inseridos junto a espaços comunitários ou institucionais. Deste modo, podemos destacar que a atividade propiciou aos alunos a ampliação do conhecimento sobre as formas de participação social nesta etapa da vida. Compreendendo que por meio da promoção da pessoa idosa em espaços como este, há possibilidades de inclusão social, é possível destacar que os mesmos tornam-se sujeitos em transformação e transformadores da sociedade, gerando satisfação e fazendo estes idosos acreditarem em seu rico potencial de viver plenamente sua idade.

Considerando como outra etapa desse processo sócio-educativo, destacamos a realização da Oficina “O Processo de Envelhecimento e Cidadania”, com o objetivo de debater e refletir acerca da questão dos direitos sociais dos idosos, bem como visualização da consciência de cidadania destes idosos. Cabe ressaltar que a partir desta atividade, foi possível estabelecer aos alunos uma formação política e social, para o desenvolvimento de suas potencialidades para que,

tendo consciência de si e de sua cidadania, atuem e interajam no contexto em que vivem, promovendo a conquista de uma maior participação social e política na melhoria da sua qualidade de vida.

Podemos destacar a realização do Simpósio “O Processo de Envelhecimento frente ao Estatuto do Idoso” como outra etapa do processo de trabalho junto aos alunos. Esta atividade acarretou a estes idosos um ciclo de debates tendo como pano de fundo a manutenção da cidadania, recuperando algumas questões que podem assinalar uma passagem melhor por esta etapa da vida.

Aliado ao desenvolvimento dessa atividade, destacamos que a mesma teve uma dupla aprendizagem, pois ao contar com o envolvimento dos alunos na sua organização, proporcionou-se aos mesmos, uma experimentação na sua condução, planejamento e coordenação de um evento dessa natureza, oportunizando à todos os atores deste processo, uma vivência nesta modalidade.

Considerando que não há uma idade definida para ser cidadão, a atividade trouxe apresentações sobre temas como: “O Estatuto do Idoso e a consolidação dos seus Direitos”, bem como a apresentação intitulada como “O Envelhecimento e a manutenção da Cidadania”, ambas apresentadas por professoras do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica. Destacamos que a atividade possibilitou aos idosos, a apreciação de depoimentos de ex-alunos do CFMAG, que expressaram como exercer a cidadania nesta fase da vida, estimulando aos alunos, acerca da importância de manter-se independente para exercer esse direito que promove desenvolvimento e integração social, permitindo que os idosos se situem no mundo, reestruturando sua vida.

Analisando o CFMAG como um espaço de potencialização da cidadania para a pessoa idosa, podemos destacar os depoimentos que os alunos trazem durante sua participação neste processo. Compartilhando as atividades propostas durante este período, os idosos afirmam que o Curso possibilitou uma experiência muito rica em suas vidas, pois passaram a reconhecer seu processo de envelhecimento como uma etapa da vida que precisa ser vivida com dignidade. Os idosos alegam que após sua inclusão no Curso, desfrutaram de um envelhecimento mais feliz, pois participando de espaços como este, sentem-se valorizados novamente e aceitam o processo de envelhecimento, pois o reconhecem de uma forma positiva. Trazem ainda que: se trata de um espaço que restabelece vínculos sociais, proporciona novas amizades, possibilita o exercício da cidadania, pois passam a compreender sua responsabilidade como cidadão que procura os seus direitos, sentindo-se útil, informado e consciente. Passam a se reconhecer como sujeitos munidos de conhecimentos que podem ser levados a diante, para outros idosos, bem como para a

sociedade. Se sentem mais saudáveis, pois têm uma vida mais ativa, acabando com o vazio interior e com a solidão, já que ganham a possibilidade de compartilhar seus medos e conflitos. Para estes idosos, o convívio no campus universitário traz de volta sensações distantes, renovando a energia e criando novas vontades para sair das paredes de suas casas, gerando uma interação como o meio social, o que traz bem-estar, por poder partilhar suas vivências. Os idosos ainda relatam que com sua participação no Curso, surgiu um aumento da satisfação pessoal, uma harmonização interior, bem como uma sensação de revitalização, um resgate de sua auto-estima, reaprendendo a comunicar-se e a conviver com as pessoas, o que traz para eles enfim, uma vida melhor.

Sendo assim, podemos analisar acerca dos resultados alcançados pelos alunos que participam de atividades voltadas à educação permanente, com objetivo de mudar a situação de ser útil apenas pelo que produz na sociedade. Fato que influi diretamente sobre a vida e personalidade da pessoa idosa, que passa a ter certas condutas desviantes por se acharem improdutivos e acreditarem que sua ação com os demais resulta somente da interação e de sua relação com a natureza por intermédio do trabalho. Assim, analisamos que o CFMAG juntamente com o Serviço Social, possibilita trazer um diálogo a fim de despertar a sensibilidade da sociedade, além de potencializar a pessoa idosa a acreditar em si, como pessoa de direitos, redescobrando sua verdadeira identidade e se assumindo como pessoa imprescindível a sua produtividade social.

Enfim, podemos afirmar que estas ações inseridas no processo educativo dos alunos, dão materialidade às possibilidades desses idosos aprenderem novas formas de se relacionarem e se posicionarem na sociedade em que vivem.

Neste sentido, as ações sócio-educativas desenvolvidas por meio da socialização das informações e do processo reflexivo, conduzem os alunos para a compreensão do processo de envelhecimento de uma forma crítica e consciente, por meio do diálogo e da problematização, levando estes idosos a repensarem seus conceitos sobre a velhice.

De acordo com Miotto (2009), a socialização da informação se torna um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do sujeito para mudar sua realidade. Considerando os estudos da autora em tela, podemos compreender que a incorporação da informação pelos sujeitos torna-se um fator importante para o processo de construção da autonomia da pessoa idosa que ganha mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública.

O processo de trabalho desenvolvido junto aos alunos da Disciplina Ação Comunitária do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, orientou-se pela perspectiva da ação sócio-educativa, entendendo-a como um processo que se constrói e reconstrói continuamente não existindo modelos pré-definidos, mas sim, o estabelecimento de uma coerência entre a dimensão teórico-metodológica, a ético-política e a definição dos objetivos e dos procedimentos operativos (MIOTO, 2009).

Buscando essa coerência, objetivamos dar materialidade as possibilidades dos sujeitos idosos participantes do programa, apreenderem novas formas de se relacionarem e de se posicionarem perante o universo a desvelar do envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi construído com a intenção de promover uma reflexão acerca da temática do envelhecimento, estabelecendo a importância da educação permanente na vida da pessoa idosa.

O presente trabalho versou sobre a inserção da pessoa idosa na vida acadêmica e comunitária, por meio das experiências apreendidas no decorrer da sua participação em um programa de educação permanente.

Desta forma, a elaboração desse trabalho possibilitou desvelar considerações acerca do processo de participação da pessoa idosa neste contexto, bem como sobre as possibilidades decorrentes dessa experiência, visto que a velhice se constitui em uma etapa da vida onde é possível estabelecer relações, participando socialmente como sujeito de direitos.

Sabemos que o envelhecimento do ser humano é inevitável e o número de idosos no mundo é cada vez mais crescente. Assim, as preocupações da sociedade em geral se voltam para proporcionar a pessoa idosa maior bem-estar e qualidade de vida.

Deste modo, o desenvolvimento deste trabalho oportunizou estabelecer uma análise propositiva dos elementos referentes às possibilidades de reinserção social dos idosos por meio da educação permanente, na qual este segmento se coloca como agente de suas transformações, realizando uma releitura do seu processo de envelhecimento.

O presente trabalho realizou um esforço de vincular o envelhecimento a outros marcos de desenvolvimento social e econômico, compreendendo este processo como heterogêneo, variando para cada indivíduo, considerando-se os aspectos físicos, culturais, históricos e sociais.

Ao decorrer do trabalho destacamos também as instituições que passaram a conferir importância à questão social do envelhecimento através de iniciativas educacionais, ou seja, as instituições universitárias que, através dos programas Universidades Abertas à Terceira Idade,

contribuíram para uma releitura da velhice, demonstrando ser, ainda, um espaço propício ao debate e ao acesso às informações.

Assim, inferimos reflexões que caracterizam o Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina, como um espaço de socialização, valorização e potencialização dos idosos que participando de atividades de promoção, relacionam-se com o meio acadêmico e comunitário.

Apresentamos também, o Serviço Social inserido junto ao Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica, como profissão que contribui para a valorização, conscientização e compreensão da pessoa idosa como um ser de direitos e sujeito do seu processo de envelhecimento social.

Consideramos que o Serviço Social neste espaço, busca instrumentalizar os idosos para eles próprios atuarem, enquanto sujeito de direitos e responsabilidades, despertando o seu potencial para observar sua realidade com mais criticidade.

Deste modo, podemos destacar que o Serviço Social junto a esta proposta cria espaços de conscientização social, atualização dos idosos, além da possibilidade da participação, estimulando a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, com a construção de novos vínculos de amizade, conhecimento gerado a partir do intercâmbio entre pares, melhor participação em sociedade, e trocas de valores culturais. Contribui ainda, na criação de oportunidades de lazer e de socialização, reinsertando a pessoa idosa na sociedade. Assim, o Serviço Social tem um papel mediador frente essas relações, junto ao espaço institucional do NETI e inserido numa proposta de educação permanente, pois se constitui num instrumento alternativo de intervenção nas propostas pedagógicas oferecidas com o propósito de fazer com que a pessoa idosa possa repensar sua velhice.

Diante do exposto, situamos o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica como um espaço de atuação para o Serviço Social, no sentido de propiciar a continuidade de assimilação de conhecimentos, visando à construir possibilidades de inserção na discussão, análise e reflexão sobre o processo de envelhecimento.

Destacamos ainda, que o referido curso oferece um espaço de estágio para o Curso de Serviço Social, onde é possível estabelecer uma ação acadêmica no sentido de acompanhar a condução das atividades desenvolvidas junto aos idosos, a partir da atuação da profissional junto à quinta fase do Curso, onde é desenvolvida a disciplina de Ação Comunitária, que objetiva preparar a pessoa idosa para a vivência no campo de estágio realizado na sexta fase, bem como para a prática comunitária após a realização do Curso, por meio da atuação comunitária. Podemos

destacar que este campo permite uma aproximação com a realidade vivenciada pelo segmento que envelhece. Possibilita uma ação no sentido de acompanhamento dos idosos na execução de suas atividades, bem como o apoio nas discussões estabelecidas em sala de aula, contribuindo para a reflexão dos temas propostos. Este espaço permite ainda um conhecimento teórico referente às questões da pessoa idosa, que se configura como usuário dos serviços sociais.

Concluindo o presente trabalho, acreditamos que os objetivos foram alcançados, contudo não se esgotam as demandas e as complexidades do envelhecimento diante das novas configurações que o mesmo apresenta. Entretanto ressaltamos que esse estudo busca estimular a continuidade das reflexões para o Serviço Social acerca das particularidades do complexo processo de envelhecimento, bem como sobre a importância da educação permanente na vida da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

ANG. **Associação Nacional de Gerontologia**. Disponível em <<http://ang-rj.sites.uol.com.br>>, Acesso em: 23/05/2010.

ARRUDA, I. E. A. **Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da terceira idade**. In: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. Volume 4 - julho – dezembro, 2007.

BARROSO, M. J. R. **A iniciativa pública e privada nos serviços de saúde educação cultura e lazer**. In: A Terceira Idade. São Paulo. Nº 17, 1999.

BAYER, E. **Os Valores Da Universidade**. In: NETI Aos 20 Anos: Contando Histórias Da Gerontologia. Grunewald & Jussara Bayer (Org) Florianópolis, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

BELLAGUARDA, M. R. LEITE, V.S. **Processo de revisão e avaliação continuada do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica – 2007**. Relatório de estágio final do Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica realizado sob a orientação da Professora Maria Cecília Antonia Godtsfriedt.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. CAMARANO, Ana Amélia. KANSO, Solange. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Texto para discussão, n. 1034.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 75, São Paulo, 2003.

BOTH, Agostinho. **Identidade existencial na velhice: mediações do Estado e da Universidade**. Passo Fundo. UPF, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 17/04/2010.

_____. **Lei nº 1074** de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: DF, Outubro de 2003

_____. **Lei n. 8842** de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.

_____. **Plano Nacional de Saúde 2008/2009/2011**. Ministério da Saúde, 2009.

BRETAS, A. C. P. OLIVEIRA, E. M. **Envelhecimento, saúde e trabalho: um estudo com aposentados e aposentadas**. Acta Paul Enf, São Paulo, v. 13, n. 1, 2000.

BRUNO, Marta Regina Pastor. **Cidadania não tem idade**. In: Revista de Serviço Social e Sociedade, nº 75, ano XXIV, especial, Editora Cortez, São Paulo, 2003.

BRUNS, M. A. T. **Envelhecimento: A morte dos sonhos ou o gerenciamento do tempo?** In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 13 – No. 25 – agosto de 2002.

CACHIONI, M., NERI, A. L. **Educação e Gerontologia: Desafios E Oportunidades**. In: Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano. UPF Editora, 2004.

CACHIONI, Meire. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: A experiência dos alunos da Universidade São Francisco / Meire Cachioni**. - Campinas, SP: [s.n.], 1998.

_____. **Formação profissional, motivos e crenças relativas à velhice e ao desenvolvimento pessoal entre professores de Universidades da Terceira Idade**. Campinas, SP: 2002.

CALDAS, C. P. **Introdução a gerontologia**. In: Renato Veras, Roberto Lourenço, (org.) Formação Humana em Geriatria e Gerontologia: uma perspectiva interdisciplinar. RJ unati/UERJ 2006.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira uma contribuição demográfica**. In: Freitas, E. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006; p. 88 – 105.

CANÔAS, C. S. CANÔAS, J. W. **Trabalho e Qualidade de Vida para além dos 45 anos**. In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 19 – No. 42 – Junho de 2008.

CARDOSO, J. R. **Corpo e envelhecimento**. In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 13 – No. 25 – agosto de 2002.

CARVALHO, J. A. M. GARCIA, R. A. **O Envelhecimento da população Brasileira: um enfoque demográfico**. In: Caderno de Saúde Pública. 2003.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

DEBERT, G. G. **Envelhecimento e Representação da Velhice**. In: Ciência Hoje. São Paulo, 1988.

DELORS, J. (org). **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 2000.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. SANTOS, Sérgio Ribeiro. **Políticas Públicas e Direitos do Idoso: Desafios Da Agenda Social Do Brasil Contemporâneo** – s/a. Disponível em: <
http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf> Acesso em 11/04/2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário Da Língua Portuguesa**. RJ: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, R. C. **Envelhecimento: Implicações para a Proteção Social em Santa Catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2010.

GRUNEWALD, V. (org). **NETI – A Construção de um Caminho na Gerontologia**. Florianópolis: Copyflo, 1997.

GUEDES, N. M. **Minha Participação na Gerontologia Nacional**. In: NETI Aos 20 Anos: Contando Histórias Da Gerontologia. Grunewald & Jussara Bayer (ORG) Florianópolis, 2003.

HAVAREN, Tamara K. **Novas imagens do envelhecimento e a Construção Social do Curso de Vida**. In: Debert, Guita Grin (org). Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp nº 13. 1999.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 22/03/2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000. Rio de Janeiro; 2002

LEDISLAU, L. **Trabalho Social com Idosos: Lazer e Participação Social**. Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 13 – No. 25 – agosto de 2002.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. **O Trabalho do Serviço Social com Mulheres Idosas da UNATI/UERJ**. Caderno Especial nº8 - O Serviço Social e a questão do Envelhecimento. Fevereiro de 2005.

LOPES, Marize Amorim. **Atividade Sensório-Motora e a Socialização do Idoso**. In: NETI: A construção de um caminho na gerontologia. Virginia Grunewald. Org - Florianópolis: Copyflo, 1997.

LOPES, Jaqueline. **O Processo de participação dos monitores do NETI no Projeto Atitude Consciente na Melhor Idade – Prevenindo DST/AIDS**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) – UFSC. Florianópolis, 2009. Orientadora: Prof.^a MSc.Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão.

MAFIOLETE, Daniele Aparecida. **Presença e atribuições dos Profissionais de Serviço Social nos Programas Universidade Aberta à Terceira Idade em IES do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edaléa Maria Ribeiro

MARQUES, P. Z. CARLOS. S. A. **A cultura da atividade e o trabalho com idosos.** In: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. Volume 03, nº 2, 2006. UPF editora.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional.** Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10/11/2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

MEDEIROS, Valéria. **O envelhecimento e a prática de Ações Coletivas dos Grupos de Convivência: espaços de construção da cidadania.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) - UFSC. Florianópolis: 2006. Orientadora: Prof.^a Ms. Rita de Cássia Gonçalves.

MESQUITA, Ana Lúcia Queiroz. **A Participação das Universidades da 3ª Idade na Inclusão Social do Idoso: Um Panorama dos cursos no Brasil.** Setembro, 2006.

MINAYO, M.C.S. COIMBRA, Jr. C.E.A. **Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento.** In: Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro, 2002.

MIOTO, R. C. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

MOREIRA, Morvan de Mello. **Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais.** In: O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade. 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: editora Cortez, 2000.

MULLER, Eliane Fransieli. **A violência intrafamiliar contra o idoso: um estudo no contexto do CIAPREVI** – Florianópolis/SC. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NASRI, Fábio. **Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento - O envelhecimento populacional no Brasil-** The aging population in Brazil. s/a. Disponível em: <<http://apps.einstein.br/revista/arquivos/PDF/833-Einstein%20Suplemento%20v6n1%20pS4-6.pdf>> Acesso em: 08/05/2010.

NERI, A. L. **A Formação Gerontologica no Brasil.** In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 17 – No. 35 – fevereiro de 2006.

_____. **Qualidade de vida e Idade madura.** Campinas. SP. Papirus, 1993.

NETI. **História do núcleo de Estudos da Terceira Idade.** Disponível em: <<http://www.neti.ufsc.br>> Acesso em 20/04/2010.

OLIVEIRA, R. C. S. **Velhice, teorias, conceitos, e preconceitos.** In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 13 – No. 25 – agosto de 2002.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em 07/05/2010.

ORDONEZ, Tiago Nascimento. CACHIONI, Meire. **Universidade aberta à terceira idade: a experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades.** In: Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 74-86, jan./abr. 2009.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem - sucedida.** Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais.** São Paulo, 2000.

_____. **Formação em Serviço Social, Política Social e o fenômeno do envelhecimento.** Palestra proferida no Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil, realizado nos dias 11 e 12 de maio de 2005, sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC) – SESU/CAPES, Brasília, 12 de maio de 2005.

PIMENTEL, Luisa. **O lugar do idoso na família – Contextos e trajetórias.** Quarteto Editora, 2001.

PONTAROLO, R. S. OLIVEIRA, R. C. S. **O direito à educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão.** UEPG – Ponta Grossa – PR, 2007.

RODRIGUES, N. C. **A prática pedagógica junto ao idoso.** In: Revista A Terceira Idade – ano V – No. 07 – junho de 1993.

_____. **Depoimento de Nara Costa Rodrigues.** In: NETI Aos 20 Anos: Contando Historias Da Gerontologia. Grunewald & Jussara Bayer (Org) Florianopolis,2003.

_____. **Gerontologia Social para Leigos.** Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

SALGADO, M. A. **Os Grupos e a Ação Pedagógica do Trabalho Social com Idosos.** In: Revista A terceira Idade. Nº 39. São Paulo. SESC. Junho de 2007.

SANCHEZ, M. A. S. **A dependência e suas implicações para a perda da autonomia. Um Estudo das Representações para Idosos e de uma Unidade Ambulatorial Geriátrica.** In: Textos sobre envelhecimento. UNATI/UERJ. Rio de Janeiro. Ano 3 Nº 3. 2000.

SBGG. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** Disponível em <www.sbgg.org.br> Acesso em 26/05/2010.

SILVA, H.B. **Preparação para Aposentadoria: lições de ensinar e aprender fazendo.** 2007.

SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas.** In: Textos Envelhecimento. 2005.

SILVA, T. M. N. **A Construção de uma pedagogia para o idoso.** In: Revista A Terceira Idade – SESC - São Paulo – Vol. 13 – No. 25 – agosto de 2002.

SOUZA, Sônia Leal. **Educação Musical com Idosos.** In: Textos sobre envelhecimento v.8 n.3 Rio de Janeiro, 2005.

VERAS, Renato Peixoto. CALDAS, Célia Pereira. **Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das Universidades da Terceira Idade.** In: Ciência e saúde coletiva. Rio de Janeiro. Junho de 2004.

VERAS, Renato. **A longevidade da população: desafios e conquistas.** In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 24, n 75, outubro de 2003.

VIVIAN, Mayara Maria de Oliveira. **Educação Continuada: Possibilidades e Descobertas no Envelhecimento.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Graduação em Serviço Social) – UFSC. Florianópolis, 2007. Orientadora: Prof.^a Ms. Iliane Kohler.

WEFFFORT, M. F. (org). **Observação, Registro, Reflexão: instrumentos metodológicos I.** São Paulo: Artcolor, 1996.

WHOQOL. **Group The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL):** position paper from the World Health Organization. Soc Sci Med v. 41, 1995.